



Um olhar de gênero sobre o setor eletro-eletrônico da Zona Franca de Manaus

eqüit
INSTITUTO

Gênero, Economia e Cidadania Global

Um olhar de gênero sobre o setor eletro-eletrônico da Zona Franca de Manaus

julho 2010

eqüit
INSTITUTO
Gênero, Economia e Cidadania Global

Realização

Instituto Eqüit – Gênero, Economia e Cidadania Global
www.equit.org.br

Coordenação do projeto

Graciela Rodriguez

Projeto gráfico e diagramação



letraeimagem@letraeimagem.com.br

Imagens

Renato Alves/Arquivo MTE (Blog do Trabalho)

Instituto Eqüit

Um olhar de gênero sobre o setor eletro-eletrônico
da Zona Franca de Manaus. Rio de Janeiro: Instituto
Eqüit/Julho de 2010. 64 páginas.

ISBN 978-85-60794-13-3

Para maiores informações, consulte:

Instituto EQÜIT – Gênero, Economia e Cidadania Global
Rua da Lapa, 180 – 908/909
Rio de Janeiro, Brasil
www.equit.org.br
equit@equit.org.br

Sumário

Introdução, 6

Graciela Rodriguez

Um olhar de gênero sobre o setor eletro-eletrônico da Zona Franca de Manaus, 11

Hildete Pereira de Melo, Marta Castilho e Alberto Di Sabbato

As vozes femininas: Um diálogo com as trabalhadoras da Zona Franca, 55

Maria Eugenia Bertarelli

Agradecimentos

Com a presente publicação, o Instituto Eqüit dá continuidade a uma série de estudos de caso sobre os impactos das políticas macroeconômicas e de liberalização do comércio e dos investimentos sobre a vida das mulheres. Neste caso, o trabalho pretende conhecer e avaliar os efeitos da criação de emprego feminino industrial na Zona Franca de Manaus sobre a vida cotidiana das mulheres.

A liberalização comercial acontecida nas últimas décadas tem trazido muitas modificações no mercado de trabalho, e em particular sobre o emprego feminino nas fábricas espalhadas no mercado internacional pelo processo de globalização. Inclusive, esse processo tem aproveitado em grande escala o trabalho feminino, sobretudo pelos mais baixos salários que as mulheres costumam receber na maior parte dos países onde se mantêm as conhecidas desigualdades de gênero.

Ao mesmo tempo, as mulheres que participam do mercado de trabalho em jornadas de oito horas ou mais, continuam responsáveis pelas tarefas domésticas em seus lares, carregando assim essa dupla jornada que concilia as esferas produtiva e reprodutiva do trabalho que realiza a maioria das mulheres.

Juntar essas esferas, do trabalho no chão de fábrica, e de atuação das mulheres em suas casas, tem se tornado cada vez mais necessário para entender as desigualdades de gênero e para refletir e propor políticas públicas que permitam o alcance da autonomia econômica das mulheres e a melhoria da qualidade de suas vidas.

O estudo consolida essa linha de publicações que busca visibilizar dados e informações sobre os efeitos das políticas econômicas sobre a vida das mulheres, tanto nos aspectos do trabalho produtivo remunerado como também no âmbito doméstico e nas tarefas do cuidado familiar.

A realização do estudo foi uma parceria entre o Instituto Eqüit e o Departamento de Economia da UFF – Universidade Federal Fluminense – através da colaboração das professoras Hildete Pereira de Melo e Marta Castilho. Também contamos com a participação de Alberto Di Sabbato na

preparação dos dados estatísticos. Pelo Instituto Equit, na coordenação do estudo e na realização do trabalho de campo contribuíram especialmente Graciela Rodriguez e Maria Eugenia Bertarelli. O apoio na contabilidade de Jocelia Nunes e Geraldo F. Filho foi fundamental.

O trabalho por sua vez não teria sido possível sem a valiosa colaboração de Francly Junior, da Caritas – Manaus, que sugeriu o enfoque geral da pesquisa, realizou os contatos, deu as dicas necessárias e guiou nossas visitas em Manaus. A ela, nosso agradecimento caloroso.

No processo de preparação deste estudo, contamos com o apoio de muitas pessoas. Agradecemos especialmente as companheiras do Fórum de Mulheres de Manaus e as entrevistadas, lideranças sociais, sindicalistas, pesquisadoras e demais conhecedores da realidade amazonense, que nos deram seu apoio e hospitalidade e nos ajudaram com informações e dados, fruto de sua experiência. A todas e todos, nosso maior agradecimento.

O apoio financeiro da UNIFEM foi fundamental como sempre é sua contribuição ao movimento de mulheres, e também a contribuição da Fundação Böell, que permitiu concluir esta publicação.

Gostaríamos finalmente que esta publicação seja de utilidade em especial para os movimentos sociais, e em particular para as mulheres, sindicatos, universidades e núcleos de pesquisa, órgãos de governo e meios de comunicação, e todos aqueles que possam utilizar estas informações para contribuir a superar as desigualdades de gênero e criar caminhos que facilitem a vida das mulheres.

Introdução

Graciela Rodriguez

O Instituto Equit, como parte de sua participação na IGTN – Rede Internacional de Gênero e Comércio –, e em particular do seu capítulo Latino-americano, participou nos últimos dois anos do projeto “Comércio, Gênero e Equidade na América Latina: Gerando conhecimento para a ação política”. Esse Projeto buscou evidências sobre os impactos das políticas comerciais sobre as relações de gênero. “O estudo examinou o emprego associado ao comércio exterior segundo sexo e nível de educação, bem como as instituições e arranjos familiares que permitem o funcionamento da economia do cuidado na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai desde 2005”.

No caso brasileiro, optamos por realizar o estudo de caso sobre o emprego gerado pela Zona Franca de Manaus, no Estado de Amazonas, na região Norte do país.

No Brasil, o processo de liberalização comercial tem sido relativamente lento se comparado com outros países da região como Chile, Peru ou México. De fato, o país tem assinado muito poucos acordos de liberalização comercial (TLCs), e não tem aprovado nenhum Tratado Bilateral de Investimento (TIBs). Inclusive, o Brasil jogou um papel fundamental para impedir o avanço das prejudiciais negociações da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas –, que ficaram congeladas desde 2004-2005, e também para a atual paralisação dos acordos na OMC – Organização Mundial do Comércio.

Por esse motivo, para conhecer os impactos da liberalização comercial no país optamos por uma Zona Franca com muitos anos de implementação que pudesse nos mostrar tais impactos de uma forma mais evidente e concentrada, já que a característica desse tipo de enclave se assemelha às condições da liberalização comercial.

Uma Zona Franca é uma área delimitada no interior de um país, onde a produção se encontra beneficiada com incentivos fiscais e tarifas alfandegárias reduzidas ou ausentes. No caso, a Zona Franca de Manaus foi implantada em 1967 pelo governo militar que nessa época comandava o Brasil, e que tinha extremo interesse na ocupação do território brasileiro, especialmente da Amazônia, área

que sempre esteve presente nas especulações militares sobre sua efetiva soberania, preocupados com o controle desse vasto território até então pouco povoado. Se bem na data de sua criação foram implantados o Pólo Comercial e o Agropecuário, foi o Pólo Industrial que alcançou um maior desenvolvimento, beneficiado pela isenção alfandegária. Trata-se de uma área de livre comércio, em que não são cobrados impostos de importação sobre os produtos comprados no exterior. Na realidade, é uma área de processamento de importações que envia seus produtos para venda no interior do país, através de áreas especiais de comercialização. Atualmente conta com mais de 450 empresas instaladas, especialmente do setor eletro-eletrônico. Contudo, a maioria dessas indústrias é apenas montadora de produtos obtidos com peças importadas e tecnologia estrangeira.

Desde sua implantação junto à capital do Amazonas, o Pólo Industrial provocou impactos muito fortes na região e ao mesmo tempo sofreu profundas transformações. Chama a atenção o fato de que a urbanização em Amazonas nas últimas décadas se deu primordialmente através de sua capital, Manaus. Aliás, o fato não é novo e parece refletir a importância da capital amazonense como pólo de atração e, principalmente, a migração oriunda do próprio Estado, desde a implantação da Zona Franca de Manaus. “Portanto, mais do que falar em urbanização do Estado seria mais correto dizer concentração em torno de Manaus” (...) A urbanização no Estado do Amazonas tem-se dado principalmente através da concentração de população na capital Manaus”¹. Depois de uma primeira etapa de crescimento muito expressivo ligado à implantação do Pólo Industrial, a taxa de crescimento urbano da cidade, decaiu na década de 80, apesar do que, a cidade de Manaus continuou a concentrar mais da metade da população estadual.

Entretanto, na década de 90 foram modificados novamente os padrões de crescimento da cidade junto ao impulso de atividades econômicas, entre elas a expansão da Zona Franca, e desde então não tem parado de crescer. Desse modo, podemos dizer que a Zona Franca tem influenciado fortemente o crescimento e o estilo de urbanização da cidade.

Porém, as influências não param por aí. De fato, a criação do pólo industrial teve impactos enormes na vida e na cultura do povo manauara. Podemos assim pensar que em poucos anos grande parte da po-

¹ Santos, Tais F. “Características da urbanização recente no Estado do Amazonas”. Fundação Joaquim Nabuco. 1997.

pulação abandonou seus meios de vida, muitas vezes localizados no interior da floresta, para ir trabalhar fabricando ou montando peças ou aparelhos eletro-eletrônicos que nunca tinham sequer visto.

As Zonas Francas foram uma modalidade de produção que tinham o objetivo de estimular o comércio e a industrialização da região de implantação, e foram tomando força nos anos 60 e 70 como formas embrionárias ou até experimentais do que iria se estender nas décadas seguintes: a produção globalizada de manufaturas.

Assim, tais “laboratórios” foram dando o desenho em que seriam realizadas as grandes performances produtivas nos enclaves paulatinamente incorporados ao mercado global de mercadorias. O modelo de produção global para um mercado agora globalizado foi se tornando dominante, mudando as características do modo de produção fordista e da inserção produtiva dos países ao mercado mundial.

A ZFM como todas essas áreas de produção de manufaturas incorporadas ao mercado globalizado foram impulsionadas, em grande medida, pela incorporação da mão-de-obra barata, e entre ela especialmente a das mulheres, em que dado o escasso poder de barganha por seu papel socialmente subordinado, acabam aceitando piores condições de trabalho assalariado. Já desde 1981, autoras como Elson e Pearson incluíram em suas análises a importante presença do trabalho assalariado feminino nas chamadas “fábricas do mercado mundial”², que começaram a utilizar essa mão-de-obra de mulheres, em condições de trabalho precárias e baixos salários.

A partir dessa época surgem diversos trabalhos de economistas feministas que buscam visibilizar esse emprego das mulheres na produção destinada às exportações no mercado mundial, e como de fato as empresas foram definindo suas estratégias de investimento aproveitando os contingentes de mão-de-obra barata e as situações de desigualdade de gênero nas sociedades, para facilitar essa inserção em piores condições de trabalho.

Entretanto, poucas análises têm sido elaboradas em relação à Zona Franca de Manaus e à inserção brasileira na produção globalizada, e menos ainda sobre o emprego feminino neste enclave produtivo e sobre as condições que o cercam.

² Elson, D y R. Pearson – “The subordination of Women and the Internationalization of Factory Production” 1981.

Ao mesmo tempo, sabemos que as mulheres têm se incorporado ao mercado de trabalho sem abandonar seu papel no âmbito doméstico. Elas continuam responsáveis pelas tarefas do cuidado da vida, aquele trabalho invisível e não remunerado que é realizado majoritariamente pelas mulheres, ampliando sua jornada de trabalho. A chamada economia do cuidado tem justamente buscado visibilizar esse trabalho, que cada vez mais se percebe como produtor de riqueza apesar de não vinculado ao mercado.

Assim, as tarefas do cuidado são aqueles serviços, atividades, relações e valores que possibilitam suprir as necessidades básicas da sobrevivência dos seres humanos e de sua socialização, ou seja, que dão conta da reprodução social da vida. A grande proporção destes serviços e atividades é realizada pelas mulheres dentro dos lares sem nenhuma remuneração, ainda que também se incluam os serviços que presta o Estado ou o setor privado para esses mesmos fins. O importante é que são atividades e serviços que geram valor econômico e, neste sentido, devem ser visibilizados e valorizados.

Evidentemente, as mulheres que conformam a mão-de-obra da Zona Franca, reúnem nelas essa dupla condição de trabalhadoras formais e trabalhadoras no âmbito doméstico.

Essa dupla condição de participação no mercado formal e na economia do cuidado tem enorme peso e influência na vida dessas mulheres, que têm a difícil tarefa de conciliar as atividades e responsabilidades nos dois âmbitos.

Buscar informações que reúnam ambos os aspectos da vida das mulheres trabalhadoras da ZF foi o objeto deste primeiro momento da pesquisa. Assim, ela indagou sobre as condições de trabalho das mulheres no setor eletro-eletrônico, mas também buscou conhecer como elas realizam a conciliação entre o trabalho como assalariadas nas fábricas com as tarefas do cuidado familiar nos seus lares.

Esperamos com este estudo ter lançado luzes sobre essa relação e sobre as condições de vida das trabalhadoras desse setor produtivo de ponta na capital amazonense. Desejamos agora que tais informações sirvam especialmente às mulheres amazônidas para melhor conhecer e transformar sua difícil e ainda desigual realidade.



Um olhar de gênero sobre o setor eletro-eletrônico da Zona Franca de Manaus

Hildete Pereira de Melo¹

Marta Castilho²

Alberto Di Sabbato³

A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi criada em 1957, ainda no governo do presidente Juscelino Kubitschek, com o objetivo de incorporar economicamente a fronteira política brasileira.⁴ A escolha da cidade de Manaus, na Amazônia Ocidental, deve-se a questões de geopolítica associadas ao objetivo de incorporar efetivamente esta importante reserva de recursos naturais e sua biodiversidade ao Estado brasileiro. Mas, à época, nada aconteceu além deste decreto: a implementação só ocorreu com o regime militar, no rastro da doutrina da Segurança Nacional e do ideário da integração nacional, com a regulamentação em 1967 de sua implementação.

O projeto denominado “Operação Amazônica” pelos militares propunha a criação de um parque industrial e comercial na Amazônia Ocidental. A ZFM surge, então, como um arranjo de incentivos fiscais e extra-fiscais, com o objetivo de desenvolver a economia amazônica. Ela foi constituída por três pólos – o comercial, o industrial e o agropecuário –, dos quais o Pólo Industrial é, sem dúvida, o mais dinâmico.

¹ Professora Associada da Universidade Federal Fluminense e gerente de Projetos de Educação e Ciência na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

² Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense.

³ Professor Associado da Universidade Federal Fluminense.

⁴ Este projeto, de fato, não fazia parte do programa de governo do presidente Juscelino Kubitschek, foi resultado de uma proposição do deputado amazonense Francisco Pereira da Silva.

O objetivo de instalação de uma indústria articulada com aquela localizada no Sul e Sudeste brasileiro certamente foi atingido e a conseqüente integração econômica da região aumentou. Porém, a economia da Zona Franca de Manaus tem traços bastante particulares. Por um lado (e apesar das limitações dadas pelas exigências de conteúdo nacional), o parque industrial aí instalado se caracteriza por uma forte relação com o exterior. A atividade fabril local é particularmente *aberta*, sobretudo por conta do peso dos componentes importados dos bens ali produzidos, e conta ainda com uma participação importante de empresas multinacionais. A produção industrial é voltada basicamente para o mercado interno, sendo que as (poucas) exportações são destinadas majoritariamente para os países americanos. Além disso, a indústria é muito concentrada setorialmente, sendo que o setor eletro-eletrônico, o de bens de informática e o produtor de veículos de duas rodas respondem por quase 75% do faturamento do Pólo. Ou seja, o perfil da indústria manauara é bastante diferente daquele da indústria brasileira como um todo.

No que se refere à mão-de-obra, existem diferenças importantes relativamente ao restante do país. Isso se deve à estrutura setorial da produção da região e também a outras características da região, como por exemplo, o grau de instrução dos trabalhadores ou à “juventude” da indústria local relativamente a outras regiões do país. Em geral, as assimetrias entre homens e mulheres no mercado de trabalho nacional também se reproduzem na região, mas com especificidades relevantes para se entender as relações de gênero dentro do mercado de trabalho local. Alguns indicadores são positivos para as mulheres: os diferenciais de salário são menos acentuados do que para a média nacional, refletindo, em parte, o maior nível médio de qualificação das trabalhadoras relativamente aos trabalhadores.

No que se refere ao trabalho reprodutivo, algumas diferenças importantes relativamente as demais mulheres brasileiras aparecem. Mas apesar de um tempo aparentemente menor dedicado ao trabalho reprodutivo, as diferenças relativamente aos homens permanecem de forma significativa

Todas essas especificidades da ZFM tornam a região interessante do ponto de vista do estudo das relações entre comércio e gênero. Como é a vida das mulheres em nessa região, que tem fortes vínculos com o exterior, sendo uma espécie de “zona de processamento de importações”? Como o desempenho do comércio exterior nas últimas décadas transformou a vida de mulheres e homens pela criação da indústria na ZFM? Pretende-se com o presente estudo examinar tais questões.

A teoria econômica feminista parte do princípio de que na segunda metade do século XX o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, que é aquele realizado fora do mercado de trabalho necessário à reprodução humana, foram organizados com base nos papéis de gênero e que neste início do novo milênio, a interação entre trabalho e família passa por grandes tensões. Estas causam altos custos para as mulheres e podem desacelerar o crescimento econômico. A feminização dos mercados de trabalho coincide com uma mudança na organização da

produção, da crescente integração dos mercados mundiais em matéria de comércio, finanças e informação (OIT, 2009). É necessário conhecer esta realidade para que políticas possam ser elaboradas para combater as desigualdades de gênero.

Para se examinar as questões levantadas acima, o presente estudo se concentra na análise da indústria eletroeletrônica. Faz-se, em primeiro lugar, uma avaliação do papel do comércio na região e, em segundo, um estudo do mundo do trabalho. Como a perspectiva de gênero é o fio condutor desta análise, o mercado de trabalho terá sua avaliação feita a partir do enfoque feminista: trabalho produtivo e reprodutivo.⁵ Para complementar a análise econômica feita a partir das estatísticas de produção, comércio exterior e mercado de trabalho, foi realizada uma série de entrevistas na cidade de Manaus com trabalhadoras e sindicalistas da indústria eletroeletrônica, cujo objetivo foi desvendar a diversidade dos arranjos familiares e a transformação dos papéis de gênero devido à massiva incorporação das mulheres no mercado de trabalho.

Para conhecer a realidade amazônica, a análise da especialização produtiva e do mundo do trabalho é comparada com as características nacionais. No que se refere ao mundo do trabalho, são utilizados os microdados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2007.⁶ As características do emprego são levantadas em suas diversas dimensões (grau de instrução, faixa etária, posição na família e número de filhos, sexo, posição na ocupação, rendimentos, jornada de trabalho e contribuição previdenciária). Por outro lado, a PNAD fornece informações acerca do tempo utilizado com os afazeres domésticos pelas trabalhadoras/es do setor eletro-eletrônico no Amazonas e no Brasil, nos permitindo dimensionar a repartição do tempo gasto pelos homens e mulheres entre trabalho produtivo e reprodutivo e, desta forma, avaliar a tensa relação entre família e trabalho. Esta análise é complementada pela “fala das trabalhadoras”, elaborada a partir das entrevistas com trabalhadoras da ZFM que nos permitem conhecer a real dimensão da problemática da reprodução na vida das mulheres. As entrevistas estão publicadas no texto de Maria Eugênia Bertarelli, “As vozes femininas: Diálogo com as trabalhadoras da Zona Franca” (EQUIT, 2010).

⁵ Na perspectiva da economia feminista o trabalho feminino é classificado em “produtivo” e “reprodutivo”. O primeiro é constituído de atividades que produzem para o mercado e geram renda diretamente. Vários tipos de trabalho são aqui considerados: trabalho formal e informal, assim como o trabalho não pago em um negócio familiar. O segundo compreende as atividades de manutenção e reprodução da família ou da comunidade (trabalhos domésticos, tomar conta das crianças e de idosos, etc.), ver Melo e Castilho (2009), OIT e PNUD, (2009).

⁶ Dada a concentração da indústria eletroeletrônica amazônica na ZFM, utilizamos as informações estatísticas da PNAD referentes ao estado. Os segmentos industriais estudados são: fabricação de máquinas de escritório e equipamentos de informática (261), fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicação (262), fabricação de aparelhos, instrumentos e materiais ópticos, fotográficos e cinematográficos (263), fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos diversos, exceto veículos (271), fabricação de material elétrico para veículos (272), fabricação de máquinas e equipamentos, exceto eletrodomésticos (281), fabricação de eletrodomésticos (282).

Ressalta-se que, de forma pioneira, este estudo introduz na avaliação do mercado de trabalho o conceito de trabalho reprodutivo para complementar a análise do mundo do trabalho, visto que consideramos que este último trata das questões inerentes a reprodução da vida. Sabe-se que nas últimas décadas viveram-se profundas mudanças sociais e demográficas que geraram transformações nas famílias. O modelo clássico da família nuclear, no qual só o homem trabalhava fora de casa cedeu lugar a outro tipo de arranjos nos quais as mulheres compartilham com os homens o papel de prover renda, são chefes de famílias ou vivem sozinhas. Mas, isto não significou que os homens assumissem a co-responsabilidade das tarefas domésticas. As mulheres foram para o mercado de trabalho num contexto de insegurança e menor proteção social. Deslocam-se da fábrica para a casa, intensificando seus tempos de trabalho remunerado e não remunerado (trabalho reprodutivo).

A especialização produtiva e a inserção comercial da Zona Franca de Manaus

O peso do Estado do Amazonas no PIB nacional é relativamente baixo e tem mostrado baixo dinamismo desde 1990. A região Norte, em seu conjunto, representa apenas 5,0% do PIB nacional (dados de 2007), sendo aquela de menor peso no produto nacional (ver Tabela 1). É bem verdade que há uma forte concentração do PIB na região udeste, que responde por mais de 56% da economia nacional. O Amazonas, por sua vez, responde por 1,6% do PIB nacional, ficando atrás do Pará no ranking dos países da região Norte em termos de PIB.

Em termos de dinamismo, embora as regiões com maiores taxas de crescimento acumulado do PIB entre 1990 e 2007 sejam as regiões Centro-Oeste e Norte, a taxa de crescimento acumulada do PIB do Amazonas figura entre as cinco mais baixas do país (ver Tabela 1). Esses dados revelam que as regiões mais “dinâmicas” do ponto de vista de crescimento no período 1990-2007 são as regiões mais pobres do país – Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Fica também evidente que o crescimento vem sendo, em grande parte, puxado pela abertura de novas fronteiras agrícolas. Em contraposição, os estados onde a indústria tem peso relevante – Amazonas inclusive – apresentaram as taxas de crescimento mais tímidas. O único sub-período em que o estado do Amazonas apresentou taxa superior à média nacional foi na segunda metade dos anos 90 e em 2006. Nos demais anos, a taxa foi inferior à nacional, tendo sido negativa na primeira metade dos anos 90, quando houve um desmonte do sistema de incentivos dado à região. Nos primeiros anos do novo milênio, quando o crescimento acumulado da economia brasileira foi bastante elevado (22,9%), a taxa de crescimento do estado ficou em apenas 11,1%.

Tabela 1. PIB estadual a valores constantes de 2000 (em R\$ bilhões)

Região	1990		1995		2000		2005		2006		2007		Cresc (%) 90-07
	R\$ BI	%	R\$ BI	%	R\$ BI	%	R\$ BI	%	R\$ BI	%	R\$ BI	%	
Norte	45.5	4.9	45.3	4.6	50.6	4.6	67.1	5.0	71.2	5.1	76.4	5.0	68.0
Pará	19	2.1	18.3	1.9	18.9	1.7	24.7	1.8	26.3	1.9	28.3	1.9	49.1
Amazonas	16.8	1.8	16.6	1.7	18.9	1.7	21	1.6	23.3	1.7	24.0	1.6	43.2
Rondônia	4.5	0.5	4.5	0.5	5.6	0.5	8.1	0.6	7.8	0.6	8.6	0.6	90.8
Tocantins	1.5	0.2	1.9	0.2	2.5	0.2	5.7	0.4	5.7	0.4	6.3	0.4	323.3
Amapá	1.5	0.2	1.9	0.2	2	0.2	2.7	0.2	3.1	0.2	3.4	0.2	129.8
Acre	1.3	0.1	1.5	0.2	1.7	0.2	2.8	0.2	2.9	0.2	3.3	0.2	153.6
Roraima	1	0.1	0.7	0.1	1.1	0.1	2	0.1	2.2	0.2	2.4	0.2	138.6
Nordeste	118.6	12.9	125	12.8	144.1	13.1	176.8	13.1	184.7	13.1	199.0	13.1	67.8
Bahia	41.4	4.5	40.5	4.1	48.2	4.4	57.3	4.2	57.3	4.1	62.8	4.1	51.6
Pernambuco	24.5	2.7	26.4	2.7	29.1	2.6	31.5	2.3	33	2.3	35.6	2.3	45.4
Ceará	14.9	1.6	18.9	1.9	20.8	1.9	25.8	1.9	27.5	2	28.8	1.9	93.3
Sudeste	542.6	58.8	574.2	58.7	636.4	57.8	764.9	56.5	798.8	56.8	859.1	56.4	58.3
São Paulo	341.4	37	346.8	35.5	370.8	33.7	458.1	33.9	476.4	33.9	516.7	33.9	51.3
Rio de Janeiro	100.1	10.9	112.6	11.5	137.9	12.5	155.7	11.5	163.5	11.6	169.8	11.2	69.7
Minas Gerais	85.7	9.3	95.3	9.7	106.2	9.6	121.4	9	127.5	9.1	138.1	9.1	61.1
Espírito Santo	15.3	1.7	19.5	2	21.5	2	29.8	2.2	31.3	2.2	34.5	2.3	125.7
Sul	168	18.2	174.9	17.9	193.5	17.6	224.5	16.6	229.6	16.3	253.4	16.6	50.8
Paraná	58.5	6.3	58.1	5.9	66	6	79.8	5.9	81.1	5.8	92.5	6.1	58.1
Santa Catarina	34.4	3.7	35.7	3.6	42.4	3.9	53.8	4	55.3	3.9	59.9	3.9	74.1
Rio Gr. Do Sul	75	8.1	81.2	8.3	85.1	7.7	90.9	6.7	93.1	6.6	101.1	6.6	34.8
Centro Oeste	47.6	5.2	58.4	6	76.5	7	119.8	8.9	122.5	8.7	135.0	8.9	183.7
Distrito Federal	14.9	1.6	20	2	29.6	2.7	50.7	3.8	53.2	3.8	57.2	3.8	283.9
Goiás	16.2	1.8	18	1.8	21.7	2	31.8	2.4	33.9	2.4	37.3	2.5	130.4
Mato Grosso	7.7	0.8	9.9	1	13.4	1.2	23.6	1.7	20.9	1.5	24.4	1.6	217.3
BRASIL	922.4	100	977.8	100	1101.3	100	1353.1	100	1406.9	100	1523.1	100.0	65.1

* Valores deflacionados pelo Deflator Implícito do PIB nacional. Fonte: IBGE/IPEADATA.

A produção industrial nacional é ainda mais concentrada do que o PIB: o peso da indústria de transformação em 2007 (Tabela 2) mostra que os estados das regiões Sudeste e Sul concentram maior parte da produção industrial (62,8% e 19,9%, respectivamente). Estas regiões são aquelas que apresentaram as menores taxas de crescimento do PIB, como vimos acima, o que reflete a perda de importância da indústria de transformação para a economia. As taxas de crescimento do PIB industrial confirmam esta perda de importância das atividades industriais: para todo o período, os estados das regiões Sul e Sudeste, apresentaram taxas negativas.

O estado do Amazonas se encontra em situação similar devido à importância das atividades industriais no estado como veremos adiante. A taxa de crescimento do PIB industrial, ainda que maior do que as regiões sul e sudeste, foi negativa (-15,7%) e contrasta com aquelas observadas para o restante da região Norte. O PIB industrial amazonense se retraiu fortemente na primeira parte da década de 90 e nos primeiros anos do novo milênio.

Tabela 2. PIB Estadual da Indústria de Transformação – valor adicionado a preços básicos*
– R\$ de 2000 (bilhões)

Região	1990		1995		2000		2005		2006		2007		Cresc (%) 90-07
	R\$ BI	%	R\$ BI	%	R\$ BI	%	R\$ BI	%	R\$ BI	%	R\$ BI	%	
Norte	10.8	3.9	9.9	4.4	11.2	4.4	10.1	4.8	11.3	5.4	10.7	4.8	-1.0
Rondônia	0.3	0.1	0.3	0.1	0.5	0.2	0.7	0.3	0.4	0.2	0.5	0.2	70.7
Acre	0.1	0.0	0.1	0.1	0.2	0.1	0.1	0.0	0.1	0.0	0.1	0.1	44.6
Amazonas	7.8	2.8	6.7	3.0	7.8	3.0	6.3	3.0	7.2	3.4	6.6	2.9	-15.7
Pará	2.4	0.9	2.6	1.2	2.6	1.0	2.7	1.3	3.3	1.6	3.1	1.4	31.2
Tocantins	0.1	0.0	0.1	0.0	0.2	0.1	0.2	0.1	0.2	0.1	0.2	0.1	88.7
Nordeste	24.9	8.9	19.7	8.8	25.6	9.9	19.2	9.2	19.3	9.2	19.7	8.8	-20.8
Bahia	9.6	3.4	7.4	3.3	11.4	4.4	8.3	4.0	7.7	3.7	7.6	3.4	-20.8
Sudeste	183.3	65.4	143.7	63.7	158.4	61.5	129.8	61.8	129.2	61.5	140.0	62.8	-23.6
Minas Gerais	22.6	8.1	19.6	8.7	23.6	9.2	19.9	9.5	20.7	9.8	22.4	10.0	-0.9
Rio de Janeiro	21.5	7.7	17.5	7.7	22.1	8.6	13.5	6.4	13.4	6.4	14.4	6.5	-32.9
São Paulo	135.2	48.3	103.1	45.7	108.3	42.0	92.4	44.0	91.1	43.3	98.9	44.4	-26.8
Sul	57.0	20.3	47.6	21.1	55.9	21.7	43.1	20.5	42.4	20.2	44.4	19.9	-22.1
Paraná	17.9	6.4	12.5	5.5	14.6	5.7	13.6	6.5	13.8	6.6	14.5	6.5	-19.2
Santa Catarina	12.4	4.4	12.0	5.3	15.0	5.8	11.5	5.5	11.8	5.6	12.7	5.7	2.2

Rio Gr. Do Sul	26.7	9.5	23.1	10.2	26.3	10.2	17.9	8.5	16.7	8.0	17.3	7.7	-35.3
Centro Oeste	4.1	1.5	4.8	2.1	6.4	2.5	7.8	3.7	8.0	3.8	8.1	3.7	98.6
Mato Gr. do Sul	0.5	0.2	1.0	0.5	1.3	0.5	1.0	0.5	1.1	0.5	1.1	0.5	123.4
Mato Grosso	0.8	0.3	1.0	0.4	1.2	0.5	2.2	1.0	1.7	0.8	1.8	0.8	122.0
Goiás	2.1	0.8	2.2	1.0	3.0	1.2	3.9	1.9	4.4	2.1	4.5	2.0	112.7
BRASIL	280.1	100.0	225.7	100.0	257.5	100.0	210.0	100.0	210.2	100.0	223.0	100.0	-20.4

* Valores deflacionados pelo Deflator Implícito do PIB nacional. Fonte: IBGE/IPEADATA.

Tal movimento de perda de importância das atividades industriais em benefício, sobretudo, do setor serviços vem ocorrendo no Brasil desde meados dos anos 80. Diversos autores têm debatido se tal tendência é compatível com o movimento de ganho de importância do setor terciário nas economias desenvolvidas ou se ela reflete um movimento de desindustrialização associado à uma regressão na estrutura produtiva brasileira.

No caso da ZFM, as estatísticas para a composição do PIB do Amazonas, apresentam tendência similar. Entre 1990 e 2007, a indústria de transformação perdeu cerca de 12 pontos percentuais na participação do PIB. De fato, nesse período, o setor de serviços tornou-se aquele de maior peso no produto do Estado, em contraste com o maior peso detido pela indústria no início do período e reduzindo adicionalmente a participação das atividades agropecuárias. Vale ressaltar, no entanto, que as atividades de serviços estão bastante atreladas às atividades industriais.

Tabela 3. Amazonas: evolução da composição do PIB por setor econômico 1990/2007
(valor adicionado a preços básicos em R\$ Bilhões de 2000)

Setor	1990	1995	2000	2005	2007
Agropecuária	7.1	2.6	2.3	5.2	4.8
Indústria	58.9	59.4	61.3	44.3	42.5
Ind. Transformação	48.4	45.8	45.0	35.7	32.8
Serviços	34.1	38.0	36.4	50.5	52.7
	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: IBGE/IPEADATA.

Desempenho comercial da ZFM

O grau de abertura do estado do Amazonas, e, em particular, da ZFM é bastante elevado, sendo superior ao da economia brasileira em seu conjunto – para o estado do Amazonas, o coeficiente de abertura era em 2006 de 43%, enquanto que para o Brasil esse coeficiente atingia 21%. Essa ligação com os mercados internacionais, no entanto, se baseia em um fraco coeficiente de exportações (para o Amazonas, 9% e, para o Brasil, 13%) e um forte coeficiente de penetração das importações (para o Amazonas, 35%, e, para o Brasil, 8%).⁷ Tais características refletem os objetivos da criação da ZFM: diferentemente da maioria das zonas francas em torno do mundo, que são, muitas vezes, zonas de processamento voltadas para a exportação, ela foi criada com o objetivo de desenvolvimento regional. Assim, as concessões tributárias e as isenções tarifárias apoiavam a instalação das empresas na região sem estabelecer objetivos ou metas referentes às exportações. Além do baixo coeficiente de exportação, outro indicador que demonstra as prioridades de política da região é o fato de que 96% das vendas do PIM são direcionadas para o mercado doméstico, sendo apenas 4% para o exterior.⁸

A evolução do comércio exterior do estado do Amazonas (Tabela 4) reflete as características acima mencionadas. Como a indústria instalada no Pólo de Manaus utiliza um percentual elevado de componentes importados⁹, a balança comercial do estado (muito influenciada pelo desempenho comercial do PIM) sempre foi deficitária até mesmo quando a balança comercial brasileira se tornou superavitária após a desvalorização de 1999.

O início dos anos 90 foi uma época de redefinição do regime da ZFM, com mudanças, por um lado, nos critérios para concessão dos benefícios fiscais e tributários. Estes se baseavam em “avaliações acerca da qualidade do processo produtivo” e tinham como meta aprimorar a qualidade dos produtos ali fabricados e, por consequência, sua competitividade. As mudanças na legislação da ZFM buscavam adicionalmente reverter o caráter puramente “montador” das firmas do PIM. Por outro lado, a abertura comercial diminuiu as vantagens que os produtores da região possuíam relativamente aos produtores do restante do país. Sob esse novo contexto institucional, a evolução da taxa de câmbio a partir de 1994 e até a desvalorização de 1999, estimularia ainda mais a importação de componentes importados, que já vinha crescendo desde o início da década. Por consequência, o saldo comercial manteve-se fortemente deficitário ao longo de toda a década de 90, sem que as exportações alcançassem o almejado crescimento e tendo o déficit comercial do estado superado em alguns anos o déficit comercial do país em conjunto (notadamente em 1994 e 1999).

⁷ Dados do IBGE e SECEX, disponíveis no IPEADATA.

⁸ Média dos dados de faturamento do PIM para os anos 2007, 2008 e 2009, publicados pela SUFRAMA.

⁹ Adiante, este ponto será abordado com mais detalhes quando da análise das informações específicas ao PIM.

A desvalorização de 1999 levou as exportações do PIM se multiplicarem por quase 3, enquanto as importações, que já haviam começado a cair com a crise financeira de 1998, se reduziram fortemente (Gráfico 1). Os primeiros anos do século XXI viram as exportações crescerem diante de certa instabilidade das importações. As exportações apresentaram um pico em 2005, quando o valor das exportações quase dobrou relativamente ao ano anterior. As importações apresentaram um crescimento contínuo a partir de 2003, atingindo seu maior valor em 2008. Em 2009, em virtude da crise financeira internacional, há uma queda de todos os fluxos de comércio, tanto estaduais quanto nacionais.

Tabela 4. Brasil e Amazonas: Exportação, Importação e Participação relativa – Em US\$ Milhões FOB

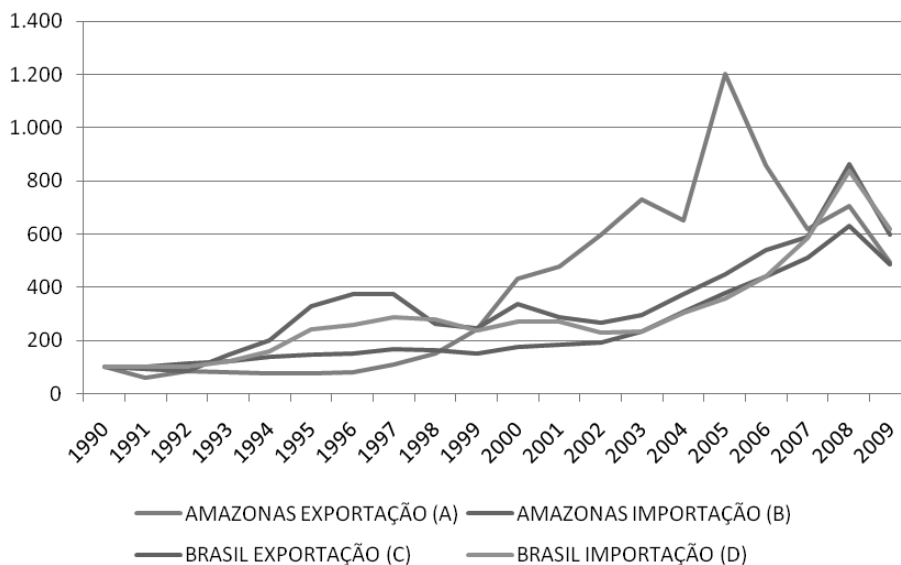
Ano	Amazonas		Brasil		Participações (%)	
	Exportação (A)	Importação (B)	Exportação (C)	Importação (D)	Export (A)/(C)	Import (B)/(D)
1990	179	1,163	31,414	20,661	0.6	5.6
1991	107	1,089	31,620	21,040	0.3	5.2
1992	148	983	35,793	20,554	0.4	4.8
1993	145	1,708	38,555	25,256	0.4	6.8
1994	134	2,335	43,545	33,079	0.3	7.1
1995	138	3,839	46,506	49,972	0.3	7.7
1996	144	4,341	47,747	53,346	0.3	8.1
1997	193	4,343	52,994	59,747	0.4	7.3
1998	266	3,052	51,140	57,763	0.5	5.3
1999	430	2,876	48,013	49,302	0.9	5.8
2000	773	3,927	55,119	55,851	1.4	7.0
2001	851	3,347	58,287	55,602	1.5	6.0
2002	1,065	3,082	60,439	47,243	1.8	6.5
2003	1,301	3,456	73,203	48,326	1.8	7.2
2004	1,160	4,334	96,678	62,836	1.2	6.9
2005	2,150	5,219	118,529	73,600	1.8	7.1
2006	1,534	6,258	137,807	91,351	1.1	6.9
2007	1,107	6,840	160,649	120,617	0.7	5.7
2008	1,259	10,024	197,942	172,985	0.6	5.8
2009	884	6,940	152,995	127,700	0.6	5.4

Fonte: MDIC/ALICEWEB. Elaboração própria.

A comparação com o desempenho comercial brasileiro mostra uma evolução relativamente próxima nos anos 90, sobretudo face à forte disparidade entre o desempenho exportador da ZFM nos anos 2000 relativamente ao conjunto do país. De fato nos anos 90, as exportações amazonenses evoluíram de forma um pouco menos dinâmicas do que as exportações nacionais e as importações, em compensação, cresceram um pouco mais do que as importações nacionais. Nos anos 2000, a evolução das exportações amazonenses “descola” da trajetória apresentada pelas exportações nacionais, com destaque para o valor particularmente elevado no ano de 2005 e que não se manteve nos anos seguintes.

De fato, o peso das exportações amazonenses flutua bastante. Entre 2000 e 2005, seu peso variou de 1,4% a 1,8% das exportações brasileiras. A partir daí no entanto vem mostrando tendência de queda correspondendo a apenas 0,6% do total brasileiro em 2008 e 2009. Do lado das importações, esse percentual é bem mais elevado, tendo flutuado entre 6% e 7,1% entre 2000 e 2006. Nos últimos anos, ele vem caindo tendo atingido 5,4% em 2009.

Gráfico 1. Evolução do comercio exterior do Brasil e do Amazonas (índice base 1990=100)



Fonte: SECEX.

Quase a totalidade das exportações do estado do Amazonas – cerca de 97% em 2009 – é de produtos manufaturados (Tabela 5). Esse percentual atingiu 99% entre 2002 e 2006 e os demais produtos - semi-manufaturados e básicos – perderam importância nas exportações ao longo dos anos 90 (no início daquela década, eles respondiam ainda por cerca de 20% das exportações). Do lado das importações, sua quase totalidade é composta de produtos manufaturados, o que decorre do tipo de indústria instalado na ZFM, que se utiliza de um montante elevado de componentes importados na manufatura dos bens ali produzidos (Tabela 6).

As exportações da ZFM são bastante concentradas em termos de produtos. Apenas 10 produtos respondem por mais de 80% do valor exportado, como se pode ver pela Tabela 5. Celulares responderam sozinhos por 36% das exportações do estado em 2009, sendo que esse percentual já foi mais elevado – em 2005, as exportações de celulares chegaram a representar 55% do total vendido ao exterior. Motocicletas, de diversas potências, também são um item relevante para a pauta assim como preparações para sucos. Afora a indicação do perfil das exportações locais, essas estatísticas reforçam a característica de alta concentração da produção já comentada anteriormente. De fato, as exportações são ainda mais concentradas do que a produção e alguns produtos eletrônicos de consumo que são vendidos para o restante não são exportados para outros mercados.

Tabela 5. Principais produtos exportados pelo Amazonas em 2009 (US\$ mil)

Produtos	US\$ mil	%
Terminais portáteis de telefonia celular	322,586	36.5
Outras preparacoes para elaboracao de bebidas	127,301	14.4
Motocicletas c/motor pistao alternat.125cm3<c	74,912	8.48
Aparelhos de barbear,nao eletricos	50,676	5.73
Motocicletas c/motor pistao alternat.50cm3<ci	47,061	5.32
Outs.Rec.Dec.Integ.Sin.Dig.D/vídeo cod.,Cores	41,132	4.65
Laminas de barbear,de seguranca,de metais com	20,716	2.34
Outros papeis p/foto a cores,sensibil.N/impre	19,886	2.25
Outras gasolinas	16,273	1.84
Consumo de bordo - combustiveis e lubrif.P/ae	12,044	1.36
Demais produtos	144,508	17.13
TOTAL	877,097	100

Fonte: SECEX/MDIC.

Quanto aos parceiros comerciais do estado do Amazonas, existem importantes diferenças entre as exportações e importações (Tabelas 6 e 7). Enquanto as exportações são voltadas basicamente para o mercado regional – América Latina e EUA – os principais fornecedores das importações do estado são países asiáticos e os EUA. Ambos os fluxos são bastante concentrados – os primeiro cinco mercados e fornecedores respondem por mais de 70% dos fluxos de exportação e importação. Porém, como já dissemos a especialização geográfica é bastante diferente. Como os produtos da ZFM são beneficiados a partir de um elevado volume de componentes, é natural que as importações sejam provenientes dos principais fornecedores mundiais de peças e componentes, ou seja,

Tabela 6. Amazonas: Principais países de Blocos Econômicos de destino das exportações – Em US\$ Milhões FOB

Destinos	2009		2005		2000	
	US\$ FOB	%	US\$ FOB	%	US\$ FOB	%
Total da área	883,9	100,0	2.144,0	100,0	772,7	100,0
Total dos principais países de destino	854,2	96,6	2.071,1	96,6	764,6	99,0
Argentina	329,9	37,3	337,3	15,7	284,0	36,8
Venezuela	106,0	12,0	138,6	6,5	50,3	6,5
Colombia	87,0	9,8	103,9	4,8	54,3	7,0
Estados Unidos	61,4	6,9	744,9	34,7	52,6	6,8
Peru	39,2	4,4	61,2	2,9	15,7	2,0
Equador	39,0	4,4	25,9	1,2	1,3	0,2
Paraguai	28,2	3,2	14,1	0,7	19,1	2,5
Mexico	26,7	3,0	78,2	3,6	38,3	5,0
Provisao de navios e aeronaves	15,8	1,8	9,1	0,4	8,0	1,0
Chile	14,8	1,7	127,6	6,0	22,6	2,9
Demais países	135,8	15,4	503,1	23,5	226,5	29,3
Principais blocos econômicos						
Mercado comum do Mul - Mercosul	369,4	41,8	360,3	16,8	313,5	40,6
Aladi (exclusive Mercosul)	323,6	36,6	548,7	25,6	186,3	24,1
Estados unidos (inclusive Porto Rico)	63,7	7,2	746,2	34,8	54,0	7,0
Uniao Europeia - UE	43,3	4,9	310,8	14,5	24,1	3,1
Asia (exclusive oriente medio)	21,6	2,4	43,2	2,0	-	-
Demais blocos	62,2	7,0	134,7	6,3	194,8	25,2

Fonte: SECEX/MDIC.

Tabela 7. Amazonas: Principais países e blocos econômicos de origem das importações – Em US\$ FOB

Origens	2009		2005		2000	
	US\$ FOB	%	US\$ FOB	%	US\$ FOB	%
Total da área	6.940,4	100,0	5.220,5	100,0	3.922,1	100,0
Total dos principais países de origem	6.805,2	98,1	5.121,0	98,1	3.791,1	96,7
China	2.229,4	32,1	1.233,0	23,6	212,8	5,4
Coreia Do Sul	947,8	13,7	679,8	13,0	500,4	12,8
Japao	901,5	13,0	855,4	16,4	738,5	18,8
Estados Unidos	570,9	8,2	420,2	8,0	669,4	17,1
Taiwan (Formosa)	449,2	6,5	295,9	5,7	190,6	4,9
Tailandia	278,6	4,0	129,7	2,5	64,1	1,6
Alemanha	237,7	3,4	284,5	5,4	145,4	3,7
Malasia	142,2	2,0	177,7	3,4	258,9	6,6
Hong Kong	128,7	1,9	108,6	2,1	135,3	3,4
Mexico	113,5	1,6	131,0	2,5	51,2	1,3
Demais Países	940,9	13,6	904,7	17,3	955,6	24,4
Principais Blocos Econômicos						
Asia (Exclusive Oriente Medio)	5.336,6	76,9	3.781,8	72,4	2.287,2	58,3
Uniao Europeia - UE	585,4	8,4	602,4	11,5	405,5	10,3
Estados Unidos (Inclusive Porto Rico)	571,7	8,2	420,8	8,1	670,3	17,1
Aladi (Exclusive Mercosul)	217,2	3,1	234,3	4,5	308,5	7,9
Europa Oriental	48,3	0,7	0,0	0,0	62,6	1,6
Mercado Comum do Sul - Mercosul	-	-	70,5	1,4	-	-
Demais Blocos	181,2	2,6	110,6	2,1	188,0	4,8

Fonte: SECEX/MDIC.

os países asiáticos (em 2009, esses países respondiam por mais de 75% das importações amazonenses). Por outro lado, os produtos manufaturados na ZFM entram com preferências tarifárias nos países do Mercosul e da ALADI, além de se beneficiarem de menores custos de transporte. Isso explica porque a ALADI e o Mercosul respondem por mais de 78% das exportações do estado do Amazonas (dados da SECEX para 2009). Vale assinalar que a distribuição geográfica do comércio do Amazonas é bastante diferente da distribuição geográfica do Brasil. De fato, ela exacerba a presença da América Latina nas exportações e da Ásia nas importações. Porém, o comércio com a UE, importante parceiro brasileiro, é bastante tímido.

Tabela 8. Amazonas: Balança Comercial do Pólo Industrial de Manaus – Em US\$ milhões

Anos	Mercado externo		Saldo	Mercado interno		Saldo	Saldo final
	Exportação	Importação		Exportação	Importação		
1990	62	715	-653	8.317	3.327	4.991	4.337
1991	62	729	-667	5.922	2.236	3.686	3.019
1992	115	673	-558	4.428	1.452	2.976	2.418
1993	97	1.276	-1.179	6.538	1.750	4.788	3.610
1994	115	1.842	-1.727	8.704	2.429	6.275	4.548
1995	102	2.823	-2.721	11.665	3.147	8.518	5.797
1996	105	3.187	-3.082	13.154	3.628	9.526	6.444
1997	150	3.387	-3.237	11.581	3.363	8.219	4.981
1998	228	2.303	-2.076	9.701	2.626	7.075	4.999
1999	376	2.141	-1.765	6.839	1.750	5.089	3.323
2000	742	3.025	-2.284	9.646	2.470	7.176	4.892
2001	829	2.702	-1.873	8.302	2.257	6.044	4.172
2002	1.026	2.584	-1.558	8.079	2.363	5.716	4.158
2003	1.225	3.223	-1.998	9.306	2.854	6.452	4.454
2004	1.085	3.759	-2.674	12.876	3.843	9.033	6.359
2005	2.024	4.762	-2.738	16.891	5.151	11.740	9.002
2006	1.483	5.918	-4.435	21.267	6.014	15.253	10.818
2007	1.045	6.299	-5.254	24.652	6.598	18.054	12.800
2008	1.192	8.555	-7.363	28.973	7.918	21.055	13.691
2009	854	6.344	-5.490	25.070	5.494	19.576	14.086

Fonte: COISE/CGPRO/SAP – SUFRAMA.

As vendas do Pólo Industrial de Manaus

As exportações para o exterior, como dito acima, não são o principal destino das vendas do Pólo Industrial de Manaus. O mercado externo responde por apenas 4% das vendas totais, tendo atingido seu valor mais alto – 12% em 2003 (Tabela 9). Na maioria dos anos analisados, elas foram pouco superiores a US\$ 1 bilhão, enquanto as exportações para o mercado interno superaram, nos últimos anos, US\$ 20 bilhões. Em termos de evolução,

as vendas para o mercado interno apresentaram taxas de crescimento bem superiores às exportações, tendo seu valor triplicado entre 2000 e 2008.

O peso e a evolução das importações são, no entanto, bastante díspares. Cerca de $\frac{1}{2}$ das importações provêm do mercado externo e, ao contrário das exportações, elas vêm apresentando vigoroso crescimento. Elas passaram de aproximadamente US\$ 3 bilhões em 2000 para US\$ 8,6 bilhões em 2008. As importações provenientes do mercado interno também apresentaram forte crescimento, embora ainda representem pouco menos de 50% do total.

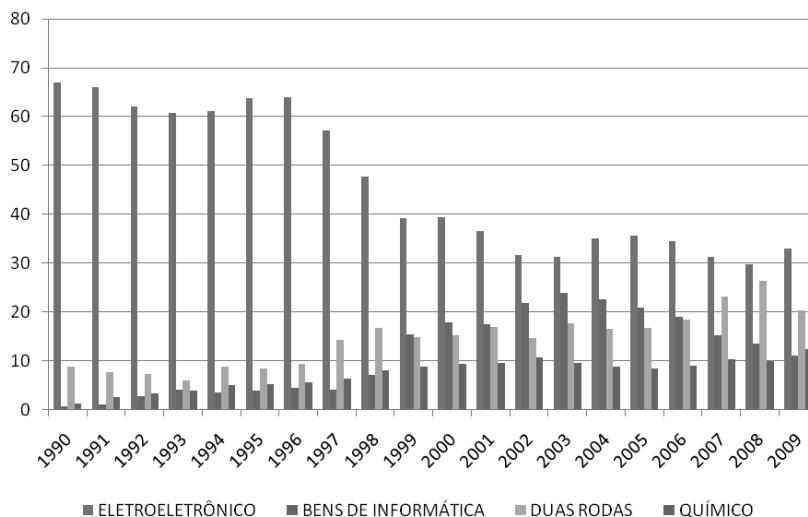
Em suma, as firmas do PIM importam componentes do exterior (com isenções tarifárias) na mesma proporção que compram do resto do país, a fim de montar seus produtos. Esses produtos se destinam prioritariamente ao mercado doméstico, que tem se mostrado muito mais dinâmico do que o externo nos anos 2000. A diferença dos saldos comerciais – déficit com o mercado externo e superávit com o doméstico – reflete bem essa configuração.

Vale dizer que as principais exportadoras do PIM são empresas multinacionais, conforme mostra o ranking das principais exportadoras publicado pela SUFRAMA.

Em termos setoriais, quatro setores respondem por cerca de 80% do faturamento do Pólo (Tabela 10). O mais importante deles é o eletro-eletrônico, que, apesar de ter tido sua participação reduzida à metade desde 1990, respondeu em 2009 por 33% do faturamento do PIM (Gráfico 2). Em segundo lugar, aparece a produção de motos (duas rodas), que vem crescendo sua participação – com destaque para o crescimento na segunda metade dos anos 1990 – e representou em 2008 25% do faturamento total. O terceiro setor em termos de faturamento é o produtor de bens de informática. Atualmente responsável por cerca de 13% do faturamento do PIM, esse setor viu seu peso crescer no faturamento do PIM ao longo dos anos 90, para atingir seu “ápice” em 2003, quando chegou a responder por 24% das vendas totais. Desde então vem perdendo espaço. Enfim, em quarto lugar, tem-se o setor químico cuja participação é de cerca de 10% e resulta de um crescimento suave e contínuo desde o início dos 1990.

De fato, o período compreendido entre 1990 e 2009 é marcado por transformações importantes na estrutura produtiva do Pólo. Diante das mudanças regulatórias do início dos anos 90, da abertura comercial, das flutuações do câmbio real e da demanda doméstica nesses quase 20 anos, houve uma maior diversificação da estrutura produtiva do PIM. O setor de eletroeletrônicos, em particular, foi impactado pelos movimentos de sobrevalorização do câmbio nos anos 90 e a partir de 2006, assim como o aumento da concorrência externa após a liberalização. Antes responsável por grande parte dos bens consumidos no mercado doméstico, a produção de eletroeletrônicos do PIM vem ainda mostrando um processo de realocização – seja em outros estados (em função da guerra fiscal entre os estados), seja em outros países. O peso do faturamento do setor eletroeletrônico de Manaus sobre o faturamento nacional caiu de 29% em 2004 para 19% em 2009.¹⁰

¹⁰ Dados da ABINEE.

Gráfico 2. Participação dos principais quatro subsetores no faturamento do PIM

Fonte: SUFRAMA.

O setor eletroeletrônico do Pólo Industrial de Manaus

O setor eletroeletrônico tem o mercado doméstico como principal destino de suas mercadorias, sendo que seu peso no faturamento do setor é superior ao peso do mercado doméstico para a produção do PIM em seu conjunto (Tabela 11). Em 2009, 88% do faturamento foi devido às vendas ao mercado interno (sem levar em conta o chamado mercado regional¹¹). A crescente importância do mercado doméstico tem tido como contraposição a redução da parte das vendas para o exterior – 3,5% – e do mercado regional – 9%. O mercado doméstico sempre foi o mercado mais relevante para os produtos eletroeletrônicos do PIM, ainda que a evolução recente tenha acentuado sua importância (a parcela das vendas para o mercado doméstico avançou em 17 pontos percentuais entre 2005 e 2009). O mercado externo, em compensação, teve uma participação ínfima no faturamento até 1998. Nos anos que seguiram a desvalorização de 1999, esse mercado ganhou importância, representando em 2002 mais de 15% das vendas do subsetor. A partir de 2006, sua participação volta a cair.

¹¹ O mercado regional é definido pela SUFRAMA como a região da Amazonia Ocidental: Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, além das cidades de Macapá e Santana, no estado do Amapá.

Tabela 9. Amazonas: Faturamento do Subsetor Eletroeletrônico do Pólo Industrial de Manaus – Em US\$ Milhões

Ano	Faturamento						Total
	Regional	%	Nacional	%	Exterior	%	
1990	1.148	20,2%	4.540	79,7%	7	0,1%	5.696
1991	887	22,1%	3.127	77,8%	7	0,2%	4.022
1992	493	16,8%	2.435	82,8%	12	0,4%	2.939
1993	602	13,7%	3.767	85,9%	15	0,3%	4.384
1994	878	15,2%	4.891	84,5%	22	0,4%	5.790
1995	1.417	17,9%	6.486	81,9%	21	0,3%	7.924
1996	1.536	16,9%	7.535	82,9%	13	0,1%	9.085
1997	944	13,1%	6.238	86,7%	14	0,2%	7.195
1998	601	11,0%	4.797	88,1%	44	0,8%	5.443
1999	446	11,3%	3.372	85,4%	130	3,3%	3.948
2000	891	15,0%	4.746	79,8%	307	5,2%	5.945
2001	764	15,5%	3.681	74,9%	473	9,6%	4.918
2002	588	12,1%	3.511	72,2%	767	15,8%	4.866
2003	728	12,5%	4.209	72,4%	876	15,1%	5.812
2004	1.215	15,3%	6.109	77,0%	613	7,7%	7.937
2005	1.776	16,6%	7.451	69,7%	1.457	13,6%	10.684
2006	2.012	16,6%	9.254	76,1%	891	7,3%	12.157
2007	1.486	12,4%	10.017	83,9%	440	3,7%	11.943
2008	1.371	10,5%	11.098	85,0%	594	4,5%	13.063
2009	1.023	8,9%	10.011	87,5%	402	3,5%	11.436

Fonte: COISE/CGPRO/SAP – SUFRAMA. *Inclusive bens de informática produzidos pelo Pólo.

Quanto à origem dos insumos (Tabela 12), o mercado externo é o mais relevante: em 2009, ele foi responsável por 75% da aquisição, sendo seguido pelo mercado regional – 19% - e do doméstico – 6,3%. Essa atual configuração resulta de mudanças que ocorreram a partir do início dos anos 90, quando a aquisição de insumos do exterior representava apenas 16% do total, sendo o restante dividido entre os mercados interno e regional. Com a abertura da economia, reforçada pela sobrevalorização da moeda nacional, o barateamento dos insumos

importados fez o peso desses atingir em 1996 o patamar de 60%, faixa em que ficaria até 2006/2007. Ao mesmo tempo, a compra de insumos do mercado regional foi ganhando importância face aos insumos provenientes do restante do país.

Tabela 10. Aquisição de Insumos do subsetor Eletroeletrônico* de 1990 a 2009 – em US\$ Milhões e %

Ano	Faturamento						Total
	Regional	%	Nacional	%	Exterior	%	
1990	1.244	41,2%	1.280	42,3%	499	16,5%	3.023
1991	863	38,7%	820	36,8%	547	24,5%	2.231
1992	521	33,6%	491	31,7%	536	34,6%	1.548
1993	507	22,8%	735	33,1%	980	44,1%	2.223
1994	749	24,8%	817	27,0%	1.460	48,2%	3.026
1995	1.039	24,7%	1.011	24,0%	2.158	51,3%	4.209
1996	1.141	27,4%	418	10,0%	2.602	62,5%	4.160
1997	950	21,3%	895	20,1%	2.612	58,6%	4.457
1998	547	19,4%	704	25,0%	1.569	55,6%	2.820
1999	383	16,1%	472	19,9%	1.522	64,0%	2.376
2000	696	19,8%	587	16,7%	2.238	63,6%	3.521
2001	665	21,9%	457	15,1%	1.910	63,0%	3.032
2002	748	25,3%	355	12,0%	1.857	62,7%	2.960
2003	948	26,0%	271	7,4%	2.436	66,6%	3.655
2004	1.510	31,5%	353	7,4%	2.930	61,1%	4.793
2005	1.902	31,7%	444	7,4%	3.661	61,0%	6.006
2006	2.112	30,5%	423	6,1%	4.401	63,4%	6.936
2007	1.577	25,1%	477	7,6%	4.233	67,3%	6.287
2008	1.459	19,0%	661	8,6%	5.551	72,4%	7.671
2009	1.044	19,1%	339	6,2%	4.076	74,7%	5.459

* Inclusive bens de informática produzidos pelo Pólo.

Fonte: COISE/CGPRO/SAP – SUFRAMA.

O Trabalho Produtivo na ZFM

Características da mão de obra no setor eletro-eletrônico

A indústria de transformação no Brasil ocupa 13,5% da força de trabalho nacional (PNAD, 2007) e é a segunda atividade mais importante (após setor serviços) em termos de geração de emprego urbano. Dentre as atividades industriais (e para o conjunto da economia brasileira), o segmento eletro-eletrônico absorve 8% da mão de obra da indústria de transformação. No estado do Amazonas, o peso do setor eletro-eletrônico em termos de emprego é bem maior: esse segmento responde por 33,2% do emprego industrial regional. O peso no emprego assim como na produção, mencionado anteriormente, define sua importância no contexto da sociedade local.

As mulheres representam cerca de 35% da mão-de-obra empregada na indústria tanto no conjunto do país quanto no estado do Amazonas. Nesse setor, no entanto, existem diferenças marcantes: enquanto as mulheres respondem por 17% da indústria eletro-eletrônica no Brasil, no Amazonas esta participação sobe para 34%, ficando bem próxima da taxa de participação feminina na indústria de transformação como um todo. Ou seja, embora o emprego masculino seja mais representativo, a participação das mulheres é relativamente elevada na indústria eletroeletrônica na ZFM (Tabela 11 e gráfico 3).

A taxa de participação feminina assim como a distribuição dos empregos entre os subsetores são bastante diferentes quando se olham as estatísticas para o Brasil e para o estado. Enquanto para o Brasil, o subsetor mais relevante é o de fabricação de máquinas e equipamentos, para a indústria amazonense, o subsetor mais importante é aquele de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicação, devido à importância já mencionada da produção (e exportação) de aparelhos celulares na região. Tal subsetor absorve 78% do emprego feminino do setor eletro-eletrônico e a taxa de participação feminina é relativamente alta, de 41,5% (Tabela 11 e gráfico 4).

Em termos de idade, a mão de obra empregada na indústria do Amazonas é relativamente mais jovem do que no restante do país. Esse fenômeno é mais acentuado no caso do setor eletro-eletrônico e, sobretudo, dentre a força de trabalho feminina. Considerando as faixas etárias acima de 10 anos e mais, nota-se que as faixas etárias compreendidas entre 18 e 44 anos concentram o grosso dos trabalhadores e das trabalhadoras da indústria de transformação no país e no Amazonas, sendo a concentração significativamente maior neste estado.

Tabela 11. Pessoal ocupado com 10 anos e mais segundo setor e sexo – Brasil e Amazonas – 2007

Setor	Homem	Mulher	Total
BRASIL			
Fabr. De máq. de escritório e equip. de informática (261)	26.848	16.492	43.340
Fabr. De mat. eletrônico e de apar. e equip. de comunicação (262)	100.122	44.234	144.356
Fabr. De apar., instr. e mat. ópticos, fotográficos e cinematográficos (263)	6.007	3.159	9.166
Fabr. De máq., apar. e mat. elétricos diversos - exceto para veículos (271)	74.292	19.455	93.747
Fabricação de material elétrico para veículos (272)	35.203	7.076	42.279
Fabricação de máquinas e equipamentos - exceto eletrodomésticos (281)	573.623	75.204	648.827
Fabricação de eletrodomésticos (282)	53.381	15.448	68.829
Total do Setor Eletro-Eletrônico (EE)	869.476	181.068	1.050.544
Total da Indústria de Transformação	8.320.475	4.784.619	13.105.094
AMAZONAS			
Fabr. De máq. de escritório e equip. de informática (261)	913	1.218	2.131
Fabr. De mat. eletrônico e de apar. e equip. de comunicação (262)	26.195	15.525	41.720
Fabr. De apar., instr. e mat. ópticos, fotográficos e cinematográficos (263)	305	304	609
Fabr. De máq., apar. e mat. elétricos diversos - exceto para veículos (271)	304	0	304
Fabricação de material elétrico para veículos (272)	0	0	0
Fabricação de máquinas e equipamentos - exceto eletrodomésticos (281)	7.696	2.132	9.828
Fabricação de eletrodomésticos (282)	2.742	609	3.351
Total do Setor Eletro-Eletrônico (EE)	38.155	19.788	57.943
Total da Indústria de Transformação	116.202	58.238	174.440

Fonte: PNAD/IBGE, microdados, 2007. Elaboração própria.

Gráfico 3. Taxa de participação feminina e masculina para a indústria de transformação e para o setor eletro-eletrônico – Brasil e Amazonas, 2007 (% do emprego total)

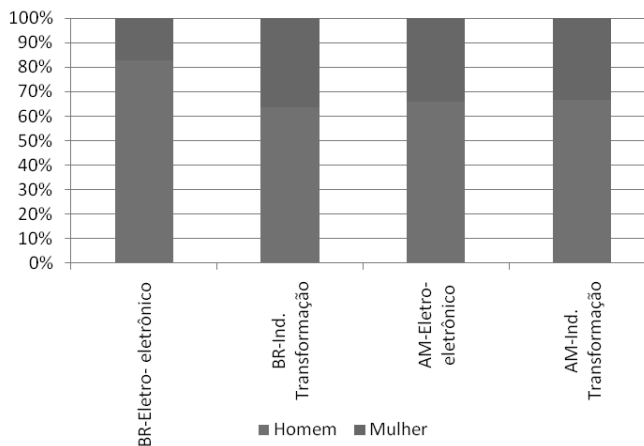
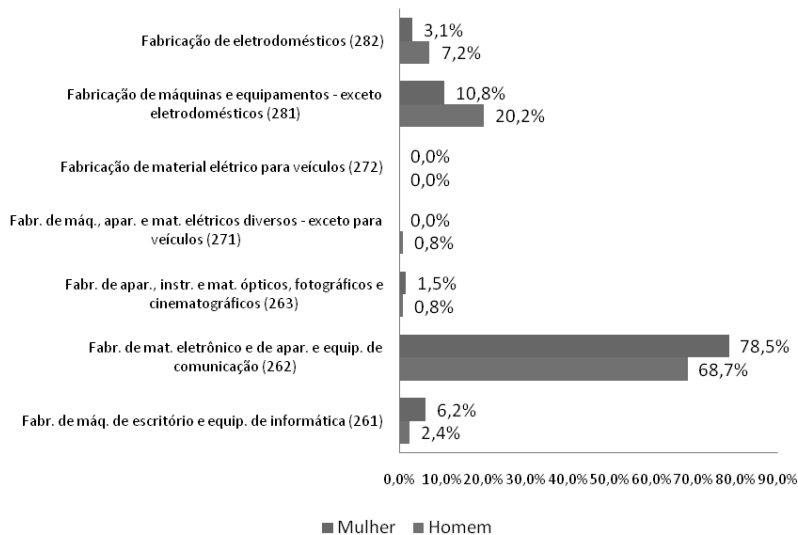


Gráfico 4. Pessoal ocupado com 10 anos e mais por sexo e por subsetor eletroeletrônico no Amazonas – 2007



Fonte: PNAD/IBGE, microdados, 2007. Elaboração própria.

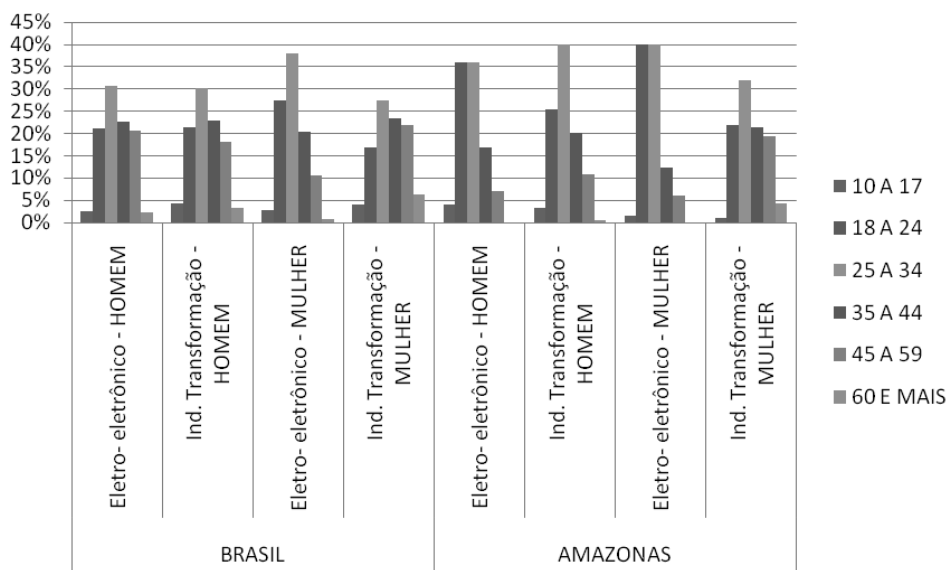
Provavelmente, como nesta região a indústria foi retardatária em relação à industrialização nacional sua mão de obra é mais jovem, pela menor tradição industrial da região. A composição da indústria local reforça para tal perfil, visto que esta concentração da mão-de-obra nas faixas mais jovens é ainda maior no setor eletro-eletrônico. Nesse setor, observa-se uma maior parte da mão-de-obra nas faixas etárias de 18 a 34 anos, para ambos os sexos e considerando tanto Brasil quanto Amazonas. Esse fenômeno é ainda mais forte para as trabalhadoras do Amazonas: quase 80% das trabalhadoras estão concentradas nestas faixas etárias, que também são as mais fecundas do ponto de vista da maternidade (tabela 12 e gráfico 5).

Tabela 12. Pessoal ocupado com 10 anos ou mais segundo por sexo e idade –2007

Setor	Faixa Etária (Anos De Idade)							Total
	10 A 14	15 A 17	18 A 24	25 A 34	35 A 44	45 A 59	60 e mais	
BRASIL								
Homem								
Total Ee	4.160	17.228	184.916	267.453	196.720	178.779	20.220	869.476
Tot. Ind. Transf.	86.424	268.958	1.776.259	2.507.502	1.905.109	1.511.336	264.887	8.320.475
Mulher								
Total Ee	517	4.335	49.707	68.597	37.127	19.220	1.565	181.068
Tot. Ind. Transf.	53.186	136.275	812.884	1.308.030	1.119.265	1.046.832	308.147	4.784.619
AMAZONAS								
Homem								
Total Ee	304	1.216	13.707	13.743	6.441	2.744	0	38.155
Tot. Ind. Transf.	609	3.344	29.546	46.354	23.262	12.478	609	116.202
Mulher								
Total Ee	0	304	7.918	7.913	2.435	1.218	0	19.788
Tot. Ind. Transf.	305	304	12.791	18.566	12.525	11.311	2.436	58.238

Fonte: PNAD/IBGE, microdados, 2007. Elaboração própria.

Gráfico 5. Composição do emprego por idade e sexo para a indústria de transformação e para o setor eletro-eletrônico – Brasil e Amazonas, 2007 (% do emprego total)



Fonte: PNAD/IBGE, microdados, 2007. Elaboração própria.

A escolaridade avançou no país nas últimas décadas e isto pode ser observado na escolaridade dos(as) trabalhadores(as) da indústria de transformação, dos quais mais da metade tem do curso fundamental completo ao ensino médio (incompleto ou completo, ou seja, de 8 a 11 anos de estudo). A indústria eletroeletrônica exige maior escolarização e isso fica evidente pela maior qualificação de seus trabalhadores tanto para homens quanto para mulheres. Isso se reflete em salários mais elevados do que aquele pago por outros segmentos industriais (ver análise dos rendimentos adiante). A maior parte dos seus trabalhadores/as apresenta de 8 a 11 anos de estudo: são 60,0% para o sexo masculino e 65,3% para o sexo feminino. Além disso, por um lado, o peso dos trabalhadores com formação universitária (incompleta ou completa) é superior ao peso na indústria de transformação e, por outro, os analfabetos e com baixa escolaridade são menos representativos. Embora as taxas de participação sejam bastante próximas para ambos os sexos, o grau de escolaridade das mulheres da indústria eletroeletrônica é relativamente maior ao dos homens (tabela 13, gráfico 6).

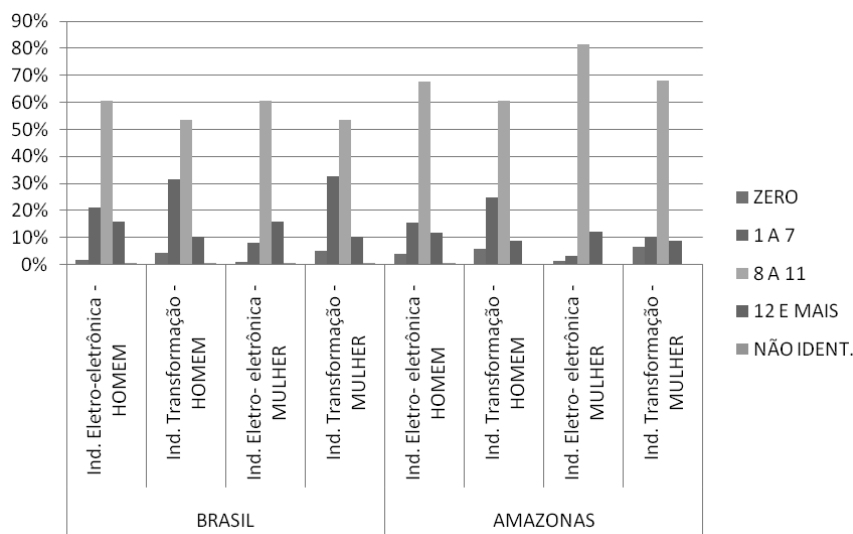
No caso do Amazonas, tanto a indústria de transformação quanto o setor eletro-eletrônico apresenta um contingente relativamente elevado de trabalhadores com ensino médio completo ou incompleto (8 a 11 anos de estudo): 67% dos homens e 81,5% das mulheres se encontram nessa faixa de escolaridade. Porém, o percentual de analfabetos é relativamente maior e o de trabalhadores mais qualificados, com curso universitário, é relativamente menor do que o restante do país, o que pode estar associado à menor oferta de cursos desse nível na região. As diferenças de qualificação entre homens e mulheres aparecem para os trabalhadores que têm até 11 anos de estudo – para aqueles com curso universitário a taxa de participação de trabalhadores e trabalhadoras é quase o mesmo. As trabalhadoras são menos numerosas nas faixas de menor estudo e relativamente mais numerosas na faixa de 8 a 11 anos.

Tabela 13. Pessoal ocupado com 10 anos e mais segundo setor, sexo e escolaridade – Brasil – 2007

Setor	Faixas de Escolaridade (Anos de estudo)						Total
	Zero	1 a 3	4 a 7	8 a 11	12 e mais	Não Ident.	
BRASIL							
Homem							
Total Ee	16.430	30.680	152.616	525.745	137.674	6.331	869.476
Tot. Ind. Transf.	349.261	599.066	2.013.297	4.467.723	842.239	48.889	8.320.475
Mulher							
Total Ee	1.827	4.984	9.394	118.343	44.245	2.275	181.068
Tot. Ind. Transf.	235.499	351.997	1.218.689	2.462.491	488.435	27.508	4.784.619
AMAZONAS							
Homem							
Total Ee	1.523	914	4.959	25.887	4.568	304	38.155
Tot. Ind. Transf.	6.696	5.784	23.000	70.370	10.048	304	116.202
Mulher							
Total Ee	304	305	609	16.134	2.436	0	19.788
Tot. Ind. Transf.	3.738	3.655	6.088	39.581	5.176	0	58.238

Fonte: PNAD/IBGE, microdados, 2007. Elaboração própria.

Gráfico 6. Pessoal ocupado com 10 anos e mais segundo sexo e escolaridade por subsetores do setor eletroeletrônico no Brasil – 2007



Fonte: PNAD/IBGE, microdados, 2007. Elaboração própria.

Posição na Família

Nas últimas décadas, o padrão de organização das famílias vem sofrendo uma série de alterações devido à emergência de novos tipos de arranjos, tais como a redução do tamanho das famílias, em função da queda da taxa de fecundidade e do crescimento do número de famílias cuja pessoa de referência é a mulher. Isto deve-se à maior autonomia econômica feminina resultante do ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho dos últimos anos e da elevação da esperança de vida ao nascer (e, por conseguinte, do aumento de mulheres na condição de viúvas).

As tabelas a seguir mostram o perfil dos trabalhadores(as) segundo a posição na família para o ano de 2007 e, embora não captem a evolução de tais características, dão conta das diferenças da região relativamente ao restante do país. Para o Brasil, observa-se (tabela 16A, gráfico 9) que os trabalhadores masculinos tanto na indústria de transformação como no segmento eletro-eletrônico respondem pela chefia das suas famílias numa taxa de participação de 62%. No Amazonas, a identificação do homem como pessoa de referência da família é mais fraca sugerindo o papel proeminente das mulheres na chefia das famílias. Ademais, as trabalhadoras amazonenses chefas de família apresentam taxas mais elevadas do que a média nacional para o conjunto da sociedade.

Nota-se também que a participação das filhas é relativamente alta na economia regional, sobretudo dentre as trabalhadoras do setor eletroeletrônico. Esse aspecto, além de refletir a presença de trabalhadores jovens (até 24 anos), também sugere que os encargos domésticos pesam na permanência das mulheres jovens no chão de fábrica, como veremos adiante tanto na descrição dos afazeres domésticos quanto nas falas das trabalhadoras.

Tabela 14. Pessoal ocupado com 10 anos e mais segundo setor, sexo e posição na família – Brasil – 2007

Setor	Chefe	Cônjuge	Filho	Outros	Total
BRASIL					
Homem					
Total Ee	540.660	64.462	230.785	33.569	869.476
Tot. Ind. Transf.	5.151.947	574.637	2.194.845	399.046	8.320.475
Mulher					
Total Ee	48.097	69.446	55.074	8.451	181.068
Tot. Ind. Transf.	1.319.817	2.368.146	891.694	204.962	4.784.619
AMAZONAS					
Homem					
Total Ee	18.061	5.177	10.048	4.869	38.155
Tot. Ind. Transf.	62.277	18.301	24.360	11.264	116.202
Mulher					
Total Ee	6.695	4.264	7.001	1.828	19.788
Tot. Ind. Transf.	22.574	19.223	12.177	4.264	58.238

Fonte: PNAD/IBGE, microdados, 2007. Elaboração própria.

Características do Trabalho Produtivo

Posição na Ocupação

Esta variável permite avaliar a qualidade do posto de trabalho, isto é, permite separar aqueles postos de trabalho inseridos na legislação protetora do trabalho dos que estão fora deste marco legal. Desta maneira, os postos de trabalho são classificados da seguinte forma: com carteira de trabalho assinada (c/c), funcionários públicos, sem carteira (s/c), conta própria (CP), empregadores, não remunerados. A literatura econômica consagra que os pos-

tos de trabalho regidos nos cânones da legislação trabalhista com respeito a salários, jornada de trabalho, férias e aposentadoria são os mais vantajosos para a classe trabalhadora – aqui se encontram os postos com carteira de trabalho assinada e os funcionários públicos. Os postos de trabalho desprotegidos como os sem carteira, os empregadores e os conta própria são trabalhadores (as) são considerados como empregos informais, pois não empregam ninguém e são seus próprios patrões. Há ainda aqueles (as) que trabalham sem remuneração, em sua maioria ligados (as) a micro negócios, sejam familiares ou não.

As tabelas abaixo comparam a realidade nacional com a situação do Amazonas no que se refere à qualidade dos postos de trabalho. Note-se que o trabalho no setor da indústria de transformação se distingue pela “boa” qualidade dos seus postos de trabalho. Porém, aqui há uma importante diferença entre trabalhadores e trabalhadoras: o grau de formalização dos empregos masculinos é bem superior ao dos empregos femininos (a taxa de participação dos trabalhadores com carteira é de 69%, enquanto a das mulheres é de 45%), sendo grande parte dessa diferença atribuída ao importante peso das trabalhadoras “conta-própria” (33% para mulheres face a 9% para os homens). Muitos atribuem esse fenômeno à “preferência” das mulheres por contratos mais flexíveis; tal preferência, no entanto, reflete a inadequação dos contratos formais na indústria (e na economia como um todo) no sentido de acomodar os diversos papéis desempenhados pelas mulheres. Como veremos adiante, as mulheres são aquelas que se ocupam primordialmente das atividades reprodutivas na sociedade – devido, inclusive, às mudanças mencionadas na organização das famílias – e que acabam por induzir às mulheres a aceitar postos de trabalhos informais e/ou precários.

Para a indústria do Amazonas, esta tendência manifesta-se mais de forma menos acentuada. O grau de formalização para as mulheres é maior na Zona Franca de Manaus – 54% – ainda que inferior ao grau de formalização dos homens – 69% – e uma parcela de trabalhadoras “conta-própria” similar à nacional (33%).

O maior grau de formalidade da região está em grande parte associado à estrutura produtiva da região. A indústria eletroeletrônica tem, em geral, um grau de formalização superior ao da indústria da transformação. No caso do Amazonas, não somente ela tem um peso bem maior do que no caso do Brasil como também o grau de formalização é ainda maior. No que se refere às trabalhadoras desse setor, o grau de formalização é de 91%, similar ao dos trabalhadores.

Dentro desse setor, no entanto, há segmentos em que *todas* as suas trabalhadoras são formalizadas (fabricação de máquinas de escritórios e informática), mas nas indústrias de fabricação de eletrodomésticos esta taxa fica em torno de 50%. É interessante notar que no primeiro segmento, diante de uma forte formalização das trabalhadoras, a situação dos homens é bem mais precária, visto que apenas metade deles são trabalhadores sem carteira. Estas diferenças, provavelmente explicam-se pela diversidade do mercado de trabalho regional e pela importância de determinadas características femininas para a linha de montagem desta indústria.

Tabela 15. Composição do emprego segundo sexo e posição na ocupação
– Brasil e Amazonas – 2007 (% do total)

BRASIL				
	Homem		Mulher	
	Ind. Eletro.	Ind. Transf.	Ind. Eletro.	Ind. Transf.
Empregado com carteira de trabalho assinada	79.9	69.0	83.8	44.7
Funcionário público estatutário	0.1	0.1	0.3	0.2
Empregado sem carteira de trabalho assinada	10.2	15.4	10.6	15.0
Conta própria	5.0	9.0	0.5	32.9
Empregador	4.3	4.6	2.7	2.8
Não-remunerado	0.4	1.8	2.2	4.5
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0
AMAZONAS				
	Homem		Mulher	
	Ind. Eletro.	Ind. Transf.	Ind. Eletro.	Ind. Transf.
Empregado com carteira de trabalho assinada	79.9	69.0	83.8	44.7
Funcionário público estatutário	0.1	0.1	0.3	0.2
Empregado sem carteira de trabalho assinada	10.2	15.4	10.6	15.0
Conta própria	5.0	9.0	0.5	32.9
Empregador	4.3	4.6	2.7	2.8
Não-remunerado	0.4	1.8	2.2	4.5
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: PNAD/IBGE, microdados, 2007. Elaboração própria Melo, Castilho & Di Sabbato, 2009.

Jornada de Trabalho

A jornada de trabalho média para a metade dos trabalhadores industriais brasileiros é de mais de 44 horas semanais. Tanto homens como as mulheres nas atividades da indústria de transformação trabalham cerca de 8 horas diárias, porém, parte considerável dos trabalhadores (38%) e das trabalhadoras (26%) excedem as 44 horas. Dentre as mulheres, o percentual de trabalhadoras que têm regime parcial é bem superior aos homens, o que está relacionado aos papéis tradicionalmente desempenhados pelas mulheres nas atividades de reprodução da sociedade.

A comparação da indústria eletroeletrônica sugere que em mais esse quesito esse setor oferece melhor condições de trabalho do que a média da indústria, visto que o percentual de trabalhadores com jornadas superiores à legal (44 horas semanais) é inferior tanto para homens quanto para mulheres.

Na Zona Franca de Manaus, a jornada média parece ser cumprida por uma parte maior dos trabalhadores(as) na indústria de transformação. No entanto, no setor eletroeletrônico, ao contrário do que ocorre para o restante do país, existe uma parcela maior de mulheres do que a dos homens da região e também mais alta do que a indústria eletroeletrônica nacional que cumprem jornada superior a 44 horas semanais. Como mostram os depoimentos das trabalhadoras, não somente tais jornadas são bastante intensas, mas também a execução de horas extras é bastante comum.

Tabela 16. Pessoal ocupado com 10 anos e mais segundo setor, sexo e jornada de trabalho – Brasil – 2007

Setor	Horas Semanais Trabalhadas					Total
	Até 5	+ De 5 a 10	+ De 10 a 20	+ De 20 a 44	+ De 44	
BRASIL						
Homem						
Total Ind. Elet.	0,3	0,4	1,1	66,6	31,7	100,0
Tot. Ind. Transf.	0,5	0,9	2,2	58,8	37,6	100,0
Mulher						
Total Ind. Elet.	0,5	0,5	1,3	75,0	22,7	100,0
Tot. Ind. Transf.	1,7	2,9	10,7	59,2	25,5	100,0
AMAZONAS						
Homem						
Total Ind. Elet.	0,0	0,0	1,6	70,2	28,2	100,0
Tot. Ind. Transf.	0,0	0,3	1,6	62,9	35,3	100,0
Mulher						
Total Ind. Elet.	0,0	0,0	0,0	70,8	29,2	100,0
Tot. Ind. Transf.	0,0	1,6	5,2	70,7	22,5	100,0

Fonte: PNAD/IBGE, microdados, 2007. Elaboração própria.

Contribuição a Previdência Social

A qualidade dos postos de trabalho está intimamente ligada ao acesso da pessoa que o ocupa à regulamentação trabalhista e um dos aspectos relevantes é sua contribuição e, por conseguinte, acesso aos benefícios da Previdência Social. A clivagem dos papéis masculinos e femininos fica aqui bem definida: para a indústria de transformação em seu conjunto, os homens estão protegidos pelas leis trabalhistas de forma muito mais efetiva que as mulheres. Uma

explicação possível decorre da visão da sociedade segundo a qual os homens são os provedores da família e as mulheres podem ser beneficiárias do sistema previdenciário simplesmente por que são esposas ou filhas.

A situação das trabalhadoras de Manaus é claramente superior às do restante do país: o percentual daquelas que contribuem para a Previdência Social é de 56% para as trabalhadoras da indústria de transformação (contra 51% em nível nacional) e atinge quase a totalidade da mão-de-obra feminina na indústria eletroeletrônica (92% contra 87% em nível nacional). Esse percentual elevado as equaliza nesse quesito aos homens contribuintes desse setor no Amazonas.

Tabela 17. Pessoal ocupado com 10 anos e mais segundo setor, sexo e contribuição à previdência – Brasil e Amazonas – 2007

Setor	Contribui	Não contribui	Total
BRASIL			
Homem			
Tot. Setor EE	748.983	120.493	869.476
Tot. Ind. Transf.	6.260.116	2.060.359	8.320.475
Mulher			
Tot. Setor EE	158.117	22.951	181.068
Tot. Ind. Transf.	2.451.927	2.332.692	4.784.619
AMAZONAS			
Homem			
Tot. Setor EE	35.417	2.738	38.155
Tot. Ind. Transf.	83.309	32.893	116.202
Mulher			
Tot. Setor EE	18.264	1.524	19.788
Tot. Ind. Transf.	32.615	25.623	58.238

Fonte: PNAD/IBGE, microdados, 2007. Elaboração própria.

Os Rendimentos dos Trabalhadores e Trabalhadoras

Os rendimentos são uma das variáveis mais importantes para avaliar as condições de vida da população e, em particular, um elemento fundamental na perspectiva da subordinação de gênero. Como era de se esperar, em todas as circunstâncias as mulheres auferem rendimentos inferiores aos masculinos. Porém, as desigualdades são menores para a indústria de transformação do estado do Amazonas.

Se compararmos os rendimentos de homens e mulheres no Amazonas, tanto para a indústria de transformação quanto para o setor eletro-eletrônico, os rendimentos dos trabalhadores superam os das mulheres, sendo que este diferencial varia de 10% a 20%. Um diferencial de magnitude similar é observado para os rendimentos da indústria eletro-eletrônica nacional. Porém, no que se refere à indústria de transformação para o conjunto do país, os salários dos homens superam em média os das mulheres em quase 80%.

Ou seja, a assimetria salarial está presente na indústria eletro-eletrônica e em Manaus, porém, ela é bem inferior à média nacional da indústria de transformação. Em pesquisa anterior Torres (2005) corrobora esta conclusão da persistência do desequilíbrio salarial no Distrito Industrial de Manaus, como acontece em todo o mercado de trabalho nacional e internacional.

Outro aspecto relevante é a diferença de rendimento entre os trabalhadores do Amazonas e relativamente ao restante do país. A diferença de rendimento é esperada devido às diferenças de níveis de preços nas regiões, porém, elas diferem segundo os setores. Na indústria eletroeletrônica, tanto para homens quanto para mulheres, os salários nacionais são em média 55% acima do regional.

Vale dizer ainda que, dentre os sub-setores da indústria eletroeletrônica, existem diferenças significativas no que se refere ao estado do Amazonas. O diferencial de rendimentos de homens e mulheres é mais forte (e desfavorável às trabalhadoras) no caso da produção de celulares, mas chega a ser favorável às mulheres no caso de outros segmentos (como no caso de fabricação de máquinas e equipamentos e também de material ótico e fotográfico).¹²

Tabela 18. Renda média mensal e por hora trabalhada, segundo sexo para a indústria de transformação e eletroeletrônica – Brasil e Amazonas (em R\$ de setembro de 2007).

	Renda Média Mensal		Renda p/ Hora Trab.	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Brasil				
Ind. Eletro- Eletrônica	1,365.05	1,181.76	8.31	6.97
Ind. Transformação	1,068.07	595.08	6.62	4.05
Amazonas				
Ind. Eletro- Eletrônica	880.59	752.18	5.17	4.37
Ind. Transformação	816.01	677.34	4.75	4.31

Fonte: PNAD/IBGE, microdados, 2007. Elaboração própria.

¹² Para os rendimentos discriminados entre os subsetores, ver tabelas em anexo.

O Trabalho Reprodutivo e as mulheres de Manaus: a difícil conciliação entre família e trabalho

Para complementar a análise do mercado de trabalho na ZFM, este estudo analisa a relação trabalho e família, vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras do setor eletroeletrônico. Para uma abordagem feminista da relação entre trabalho e família, considerada como um fenômeno histórico, é analisada a interação entre estas esferas mesmo no contexto de sua separação (Nicholson, 1987). A introdução nos anos 1970 da dimensão sexuada nas análises do trabalho, que introduz o conceito da significação do trabalho doméstico e da esfera da reprodução no conceito de trabalho, levou o movimento de mulheres a denunciar a invisibilidade do trabalho das mulheres como a raiz da sua discriminação e inferiorização na sociedade (Hirata *et alli*, 2009).

O reconhecimento da inferiorização do trabalho reprodutivo aponta para as teóricas do feminismo o enorme desafio econômico e político de evidenciar a importância da contribuição social das mulheres para a reprodução da vida que se consubstancia na produção doméstica. Esta é assegurada gratuitamente pela exploração econômica da mulher pelo homem que se apóia, em parte, nas relações familiares e em particular, na relação marital.¹³

Desta forma, tentar desvendar esta relação é a nosso ver significativo para a formulação de políticas públicas feministas no país. De uma maneira geral, esta questão tem sido estudada através das pesquisas de uso do tempo de homens e mulheres na realização das tarefas cotidianas e pode-se resumí-las num olhar de gênero da seguinte forma: em qualquer circunstância, os homens gastam menos tempo do que as mulheres nos afazeres domésticos e nos cuidados e, independentemente de seu trabalho remunerado, continuam acumulando as atividades domésticas e de cuidados ampliando a jornada de trabalho de forma desigual.

Este estudo através do cruzamento das informações da PNAD/IBGE, 2007 pode inferir o tempo que as pessoas ocupadas no setor eletro-eletrônico dedicam à realização destas tarefas no seio das famílias. A realidade amazonense é confrontada com a nacional, analisando-se tanto o setor eletro-eletrônico como a indústria de transformação.

As trabalhadoras do setor eletro-eletrônico com menos responsabilidades familiares?

A grande surpresa da nossa análise foi a constatação de as/os trabalhadoras/es da ZFM gastam menos tempos na realização de afazeres domésticos. A tabela a seguir mostra esta realidade: para homens e mulheres, seja da indústria em geral ou, sobretudo, da indústria eletroeletrônica, o percentual de pessoas que declaram realizar afazeres domésticos no Amazonas é inferior ao percentual observado para o Brasil. Porém, a desigualdade entre homens

¹³ Sobre este tema ver Kergoat e Hirata (2008), Melo e Castilho (2009).

e mulheres é muito acentuada: enquanto 69% das mulheres declaram realizar afazeres domésticos, apenas 27% dos homens dizem fazê-lo.

Algumas das razões para o menor tempo dedicado em afazeres domésticos pelos empregados da indústria do Amazonas são sugeridas pelas trabalhadoras entrevistadas. As declarações das trabalhadoras de Manaus sugerem que a forte concorrência pelos empregos neste segmento impõe que a vida familiar não atrapalhe o desempenho fabril das pessoas ocupadas neste ramo industrial. Para permanecer trabalhando na fábrica as trabalhadoras são obrigadas a se submeter a regimes de trabalho duros no qual a vida familiar não deve ter nenhum peso: a jornada de trabalho é de 8 horas (segunda a sábado), porém, freqüentemente elas fazem horas extras aos domingos ou sábados como a fala desta trabalhadora colocou: *“Todo sábado ela trabalhava como extra, era opcional, mas existe uma pressão para ir”*. Ainda existe o chamado *“viradão”*, isto é as/os trabalhadoras/es emendam um turno ao outro e assim trabalham 16 horas seguidas naquele dia. Vejam a descrição feita por uma trabalhadora do horário noturno: *“Fazer hora-extra era normal na sua empresa. Às vezes, eles pedem para fazer o “viradão”. Então, ela tomava café-da-manhã às 7:30 e voltava para trabalhar às 16:00 hs. E tinha que estar na empresa novamente às 23:30 em seu horário normal de trabalho”*.

Uma exigência desta imposta pela fábrica implica em não considerar que aquelas pessoas têm filhos/as ou família (entrevistas). A persistência destas práticas faz crer que isto também está aliado provavelmente a melhores remunerações que garantem para estas pessoas a existência de substitutos para estas tarefas, seja creche, escola ou o recurso da utilização de empregadas domésticas ou outras pessoas da família (mães, tias, avós). Isto talvez explique porque neste estado há um menor contingente de mulheres que declaram afazeres domésticos em relação ao Brasil.

Também chama atenção a forte diferença do percentual de homens que declaram realizar afazeres domésticos entre o Brasil e o Amazonas. Enquanto a média nacional aponta indica que 52% dos homens realizam algum tipo de afazer em casa, no Amazonas apenas 34% dos homens declaram fazer algum tipo de afazer. Esta diferença pode estar associada a aspectos culturais e ao papel da mulher na sociedade amazonense.

Quantas horas?

O tempo dedicado pelas mulheres aos afazeres domésticos é sistematicamente maior do que o dos homens. Embora tenhamos visto acima que o número de pessoas que declaram realizar afazeres no Amazonas seja relativamente inferior àqueles para o conjunto do país, a quantidade de horas médias dedicadas pelos (as) trabalhadores (as) da região supera, em geral, a quantidade atribuída ao restante do país. Como se vê pela tabela a seguir, o número de horas médias semanais dedicadas a afazeres é superior no Amazonas para a mão-de-obra feminina e masculina empregada na indústria eletroeletrônica e para os homens empregados na indústria de transformação amazonense.

Ainda que a diferença de tempo dedicado afazeres por homens e mulheres no Amazonas seja menor do que para o restante do Brasil, as trabalhadoras da indústria dedicam em média 90% de tempo a mais do que os

Tabela 19. Pessoal Ocupado, pessoal ocupado que cuidava de afazeres domésticos e percentual de ocupados com afazeres domésticos sobre o total de ocupados com 10 anos e mais segundo setor e sexo – Brasil - 2007

Setor	Pessoal ocupado			% Dos ocupados que realizam afazeres domésticos sobre o total		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Brasil						
Ind. Eletro-eletrônica	869,476	181,088	1,050,564	52.0%	84.2%	57.5%
Ind. Transformação	8,320,475	4,784,619	13,105,094	52.0%	90.7%	66.1%
Amazonas						
Ind. Eletro-eletrônica	38.155	19.788	57.943	26.5%	69.2%	41.1%
Ind. Transformação	116.202	58.238	174.440	34.4%	83.3%	50.7%

Fonte: PNAD/IBGE, microdados, 2007. Elaboração própria.

homens. Enquanto as mulheres gastam cerca de 20 horas por semana, os homens dedicam menos de 11 horas. Essa diferença existe para todos os níveis de educação, mesmo se mais acentuada para os grupos de homens e mulheres com menos anos de estudo (analfabetas e até 3 anos). A faixa educacional aonde o diferencial de tempo dedicado entre homens e mulheres é menos significativo é aquele para pessoas com de 4 a 7 anos de estudo. Ainda assim, o tempo de trabalho dedicado a afazeres pelas mulheres com esse nível de qualificação é cerca de 70% superior ao tempo dedicado pelos homens.

Tabela 20. Horas médias semanais dedicadas a afazeres domésticos segundo sexo e setor, 2007

	BRASIL		AMAZONAS	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Ind. Eletroeletrônica	8.4	18.0	12.3	19.2
Ind. Transformação	9.1	21.4	10.8	20.1

Fonte: PNAD/IBGE, microdados, 2007. Elaboração própria.

Tabela 21. Horas médias semanas dedicadas a afazeres domésticos segundo sexo e anos de estudo, 2007

	ZERO	1 a 3	4 a 7	8 a 11	12 e mais
BRASIL					
Homem					
Ind. Eletroeletrônica	7.78	7.65	8.78	8.68	7.10
Ind. Transformação	10.20	9.52	9.47	9.14	7.77
Mulher					
Ind. Eletroeletrônica	17.40	24.36	21.01	19.10	13.25
Ind. Transformação	25.06	24.12	23.69	20.44	15.91
AMAZONAS					
Homem					
Ind. Eletroeletrônica	3.50	0.00	12.35	10.42	43.04
Ind. Transformação	5.66	9.01	14.40	9.87	20.02
Mulher					
Ind. Eletroeletrônica	10.00	16.00	20.49	20.66	10.59
Ind. Transformação	13.52	20.11	24.76	20.98	10.50

Fonte: PNAD/IBGE, microdados, 2007. Elaboração própria.

À guisa de conclusões

Este estudo procura avaliar, de forma pioneira, as relações de gênero nos mercados de trabalho produtivo e reprodutivo de uma zona de interesse particular do ponto de vista de comércio exterior – a Zona Franca de Manaus. Esta região desenvolveu ao longo das últimas décadas uma atividade industrial relevante para o país, mas com características bastante peculiares: é bastante concentrada, produz bens de alto conteúdo tecnológico com forte componente importado e sua produção é dirigida principalmente para o mercado doméstico. Ou seja, é uma zona industrial bastante ligada ao exterior, porém, pelo lado das importações e também pela presença de multinacionais que aí se instalaram para se beneficiar dos incentivos fiscais para suas atividades de montagem de bens de alto conteúdo tecnológico.

O trabalho se propôs a analisar a vida das mulheres da região a partir da experiência das trabalhadoras do setor eletroeletrônico. O mercado de trabalho dessas mulheres se mostrou de alguma forma menos precário do que a média da indústria da região e, sem dúvida, do que de outras regiões do país. Excetuando-se os rendimen-

tos, cuja comparação em termos puramente monetários é inócua, em diversos aspectos o mercado de trabalho produtivo mostrou aspectos favoráveis: em termos de qualidade do emprego, jornada de trabalho e diferencial de rendimentos relativamente aos homens. Ao mesmo tempo, a análise das informações relativas ao tempo dedicado à reprodução das famílias, mostra uma situação inesperada e aparentemente positiva para as mulheres amazonenses. Elas gastam relativamente menos tempo com afazeres domésticos do que as demais mulheres do país. Porém, a realidade revelada pelas entrevistas feitas junto a algumas trabalhadoras da indústria eletroeletrônica da ZFM é mais complexa e revela outros elementos importantes para a compreensão das relações de gênero na região.

Primeiro estes aspectos derivam de uma divisão sexual do trabalho que atua como princípio norteador da organização econômica e social da nossa sociedade e manifesta-se na relação trabalho produtivo e reprodutivo. Segundo, esta também está presente na organização do mercado de trabalho a partir da hierarquização estabelecida entre as ocupações exercidas pelas trabalhadoras e os trabalhadores daquela indústria. Os postos de trabalho de melhor remuneração e detentores de maior *status* social são ocupados pelos homens e os de pior remuneração e mais desvalorizados na cadeia produtiva são ocupados pelas mulheres. Os dados mostram esta realidade, mas as “falas” das trabalhadoras as explicitam de forma contundente.

No Brasil que emerge desta análise pode se concluir, ainda que apressadamente, que houve um avanço e fortalecimento da presença das mulheres no mercado de trabalho e na sociedade e o exemplo da ZFM é ilustrativo desta questão. Não se pode negar que avanços foram alcançados, mas não esqueçam que estamos analisando o setor eletro-eletrônico e, portanto trata-se da elite da classe trabalhadora. As imagens femininas que os dados e falas mostram são fortemente marcadas pelo *ser mulher*. **Elas permanecem como uma força de trabalho secundária e como cuidadoras, responsáveis pela reprodução da vida.** De forma muito interessante, as informações desta pesquisa mostram que as mulheres amazonenses são menos numerosas a realizar afazeres domésticos, mas que, quando o realizam dedicam em média mais tempo do que o verificado para o conjunto das mulheres brasileiras. Nenhuma delas se livrou destas tarefas, todas não continuam responsáveis por estes cuidados com a manutenção da vida, porém simplesmente se beneficiam da pobreza regional que permite a delegação destas tarefas a outras mulheres pobres, seja da própria família ou domésticas locais. **A pobreza faz com que seja possível realocar o trabalho reprodutivo nas mulheres ainda mais pobres da sociedade, deixando para as trabalhadoras formais da ZFM as jornadas extenuantes no chão da fábrica em quanto dura o vínculo empregatício de alta rotatividade nas fábricas da região.**

Anexos

Tabela A1. Principais produtos produzidos no Pólo Industrial de Manaus – em quantidade

Principais produtos	1990	2000	2006
Tv em cores	2.571.425	6.045.419	12.625.574
Tv preto e branco	557.354	128.717	N/p
Video cassete	635.483	1.281.505	10.281
Video game/ telejogo	557.670	481.251	192.338
Toca disco	157.562	315.208	N/p
Rádio portatil	95.046	179.945	N/p
Radio relógio	437.497	252.315	N/p
Radio gravador	2.705.026	3.970.460	1.483.010
Auto radio com ou sem toca fita	671.006	1.347.309	2.238.823
Calculadora portatil	1.563.882	N/p	N/p
Calculadora de mesa	315.749	243.466	N/p
Caixa registradora	17.440	41.530	8.663
Telefone celular	-	6.692.251	16.558.689
Forno microondas	215.532	1.124.704	1.747.172
Fotocopiadora	19.519	29.175	5.133
Camara de filmagem	25.119	78.206	39.350
Telefone de mesa	549.720	3.292.798	1.016.118
Maq. Fotografico digital	991.849	240.383	359.379
Maq de costura industrial	8.300	N/p	N/p
Ap. de ar condicionado	37.448	833.667	838.086
Impressora de impacto	53	16.567	7.060
Monitores de video	2.910	2.187.086	4.641.014
Disco magnetico (disquete)	12.512.124	42.694.732	26.622.400
Compact disc	116.390	175.658.722	276.293.019

Fita cassete para audio virgem	43.837.446	78.355.655	5.528.348
Fita magnetica para video virgem	7.636.854	12.764.345	2.330.678
Fita magnetica para video gravada	2.957.734	5.523.376	162.049
Brinquedos	3.857.312	1.018.521	137.640
Motocicleta (motoneta, incl. Ciclomot)	143.533	641.607	1.516.444
Bicicletas	91.645	1.140.286	736.367
Isqueiros	107.160.520	113.662.000	166.856.000
Canestas e lapiseiras	480.278.022	283.634.612	1.936.809.874
Aparelhos de barbear	396.103.902	601.582.000	1.158.770.000
Laminas e cartuchos	439.173.358	323.773.930	1.257.228.544
Micro computador	1.367	127.294	474.249
Maq. de escrever	40.648	3.765	N/p
Fita cassete	44.174.595	80.729.528	N/p
Fita de video cassete	10.594.588	18.287.721	N/p
Relogio de pulso e bolso	9.064.185	6.716.307	5.339.190
Óculos e armações	356.260	N/p	N/p
Lentes	6.821.704	12.709.426	11.434.181

Fonte: COISE/CGPRO/SAP – SUFRAMA.

Tabela A2. Produtos produzidos (quantidade) no Pólo Industrial de Manaus

Produtos	1990	1995	2000	2006
Tv em cores	2.571.425	6.310.244	6.045.419	12.625.574
Video cassete	635.483	2.017.673	1.281.505	10.281
Aparelhos 3 em 1	2.448.917	3.807.061	3.970.460	1.483.010
Forno microondas	215.532	842.512	1.124.704	1.747.172
Ar condicionado	40.174	416.887	833.667	838.086
Monitores de video	2.910	171.505	2.186.935	4.641.014
Compact disk*	2.475.680	63.247.337	175.658.575	276.293.019
Motocicletas	143.533	243.133	641.607	1.516.444
Bicicletas	91.645	979.507	1.140.286	736.367
Microcomputador	1.367	182.910	127.294	474.249
Relogios de pulso e bolso	8.456.723	14.322.847	6.352.964	5.339.190

Fonte: COISE/CGPRO/SAP – SUFRAMA.

Tabela A3. Quantidade de mão de obra empregada pelas empresas do Pólo Industrial de Manaus

Mão de obra	Dez/00	%	Dez/05	%	Dez/06	%	Dez/07	%	Dez/08	%	Dez/09	%
Efetiva (a)	47.703	88	85.880	91,4	87.332	90,9	92.616	90,3	92.473	91,0	85.517	90,1
Temporária (b)	3.509	6,5	3.866	4,1	4.419	4,6	4.490	4,4	5.123	5,0	5.368	5,7
Terceirizada (c)	3.003	5,5	4.243	4,5	4.368	4,5	5.455	5,3	4.066	4,0	3.997	4,2
Total (d=a+b+c)	54.215	100	93.989	100	96.119	100	102.561	100	101.662	100	94.882	100
Feminina (e)	-		54.367		30.018		30.608		29.930		27.223	
Pnes (f)	-		2.127		2.174		2.092		2.050		2.418	
E/d	-		57,8		31,2		29,8		29,4		28,7	
F/a	-		2,5		2,5		2,3		2,2		2,8	

Fonte: COISE/CGPRO/SAP – SUFRAMA.

Tabela A4. Distribuição setorial do faturamento do Pólo Industrial de Manaus (em %)

Subsetores	Eletroeletrônico	Bens de informática	Relojeiro	Duas rodas	Termoplástico	Bebidas	Metalúrgico	Mecânico	Madeireiro	Papel e papelão	Químico	Mineral não metálico	Ótico	Brinquedos	Isqueiros, canetas e barbeadores descartáveis	Naval	Outros*	Totais
1990	66,9	0,6	4,6	8,8	2,3	1,4	1,4	0,8	0,5	0,6	1,3	1,4	0,5	1,9	2,9	-	4,3	100
1991	66,1	1,1	4,1	7,6	2,1	1,4	1,2	0,7	0,5	0,4	2,5	1,2	0,8	2,8	2,8	-	4,8	100
1992	62	2,7	3,9	7,3	2,5	1,1	1,7	0,7	0,7	0,4	3,4	1,7	1,2	3,4	4,5	-	3	100
1993	60,8	4	4,2	6	2,3	0,9	1,2	0,9	0,6	0,7	3,9	1,2	1,8	3	4,1	-	4,4	100
1994	61,1	3,5	3,7	8,7	2,2	1	1,3	1,1	0,5	0,5	5	1,3	2,4	1,6	3,1	-	3,1	100
1995	63,7	3,8	3,4	8,4	2,2	1,4	1,1	0,8	0,5	0,6	5,2	0,4	2,1	1,2	2,9	-	2,4	100
1996	64	4,5	2,6	9,4	2,5	1,2	0,9	0,7	0,4	0,5	5,6	0,9	2	0,8	2,4	-	1,7	100
1997	57,2	4,1	2,7	14,3	2,2	1,3	1,4	0,8	0,5	0,7	6,4	0,4	2,3	0,6	2,8	-	2,4	100
1998	47,7	7,1	2,8	16,7	2,3	1,6	1,8	0,8	0,4	0,5	8,1	0,5	3,1	0,4	3,4	-	2,7	100
1999	39,3	15,4	2,6	14,8	2,2	1,3	2,7	0,4	0,5	0,5	8,7	0,5	4,1	0,3	4,1	-	2,7	100
2000	39,4	17,8	1,8	15,2	2,3	0,9	2,9	0,4	0,3	0,6	9,4	0,5	3,4	0,3	3	-	1,9	100
2001	36,6	17,4	1,6	17	3	1	3,3	0,3	0,2	0,5	9,5	0,8	3,5	0,4	3	-	1,8	100
2002	31,6	21,8	1,5	14,6	8,1	1,3	2,6	1,7	0,2	0,5	10,7	0,5	0,5	0,5	2,6	-	1,3	100
2003	31,2	24	1,3	17,6	4,6	1,1	2,4	2,5	0,1	0,5	9,6	0,3	0,5	0,5	2,7	-	1,1	100
2004	35	22,5	1	16,6	5,1	1,1	2,8	2,3	0,1	0,6	8,8	0,2	0,3	0,2	2,4	0,1	-	100
2005	35,6	20,9	0,9	16,7	5,8	0,9	3,6	2,5	0,1	0,7	8,4	0,3	0,3	0,1	2,4	0,1	-	100
2006	34,5	19	0,8	18,4	5,6	0,9	4,7	2,3	0,1	0,7	8,9	0,3	0,3	0,1	2,6	0,2	-	100
2007	31,2	15,3	1	23,2	5,6	0,3	5,9	2,5	0,1	0,7	10,3	0,4	0,4	0,1	2,4	0,2	-	100
2008	29,8	13,5	1	26,3	5,6	0,3	7	2,6	0,1	0,6	9,9	0,5	0,4	0,1	2,5	0,2	-	100
2009	32,9	11,1	1,2	20,4	6	0,7	7,3	3,5	0,1	0,5	12,3	0,6	0,5	0,1	2,2	0,2	-	100

*Composto pelos subsectores: Couros e similares; material de limpeza; produtos alimentícios; ediotrial e gráfico; mobiliário; beneficiamento de borraca; naval e diversos.

Fonte: coise/cgpro/sap – suframa.

Tabela A4. Pessoal ocupado com 10 anos e mais segundo setor, sexo e rendimento no trabalho principal – Brasil – 2007

setor	Nº pessoas		Rendimento Médio mensal			Rendimento p/ hora trab.		
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Mulher/ Homem	Homem	Mulher	Mulher/ Homem
Fabr. de máq. de escritório e equip. de informática (261)	24.813	15.543	2.056,41	868,26	42,2%	10,29	4,8	46,6%
Fabr. de mat. eletrônico e de apar. e equip. de comunicação (262)	98.728	43.592	1.462,15	912,64	62,4%	9,21	5,28	57,3%
Fabr. de apar., instr. e mat. ópticos, fotográficos e cinematográficos (263)	6.007	3.159	1.351,78	954,31	70,6%	7,67	6,49	84,6%
Fabr. de máq., apar. e mat. elétricos diversos - exceto para veículos (271)	74.067	19.222	1.281,06	897,83	70,1%	7,51	5,1	67,9%
Fabricação de material elétrico para veículos (272)	34.253	7.076	1.019,93	637,23	62,5%	6,2	3,74	60,3%
Fabricação de máquinas e equipamentos - exceto eletrodomésticos (281)	564.073	74.255	1.356,42	1.338,08	98,6%	8,43	8,14	96,6%
Fabricação de eletrodomésticos (282)	49.959	15.448	1.289,84	2.154,44	167,0%	6,97	12,42	178,2%
TOTAL EE	851.900	178.295	1.365,05	1.181,76	86,6%	8,31	6,97	83,9%
Tot. Ind. Transf.	8.217.866	4.727.111	1.068,07	595,08	55,7%	6,62	4,05	61,2%

Fonte: PNAD/IBGE, microdados, 2007. Elaboração própria.

Tabela A5. Pessoal ocupado com 10 anos e mais segundo setor, sexo e rendimento no trabalho principal – Amazonas – 2007

Setor	Nº pessoas		Rendimento Médio mensal			Rendimento p/ hora trab.		
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Mulher/Homem	Homem	Mulher	Mulher/Homem
Fabr. de máq. de escritório e equip. de informática (261)	913	1.218	579,87	512,68	88,4%	3,43	2,88	84,0%
Fabr. de mat. eletrônico e de apar. e equip. de comunicação (262)	26.195	15.525	942,07	671,32	71,3%	5,48	3,85	70,3%
Fabr. de apar., instr. e mat. ópticos, fotográficos e cinematográficos (263)	305	304	580	700	120,7%	3,02	4,38	145,0%
Fabr. de máq., apar. e mat. elétricos diversos - exceto para veículos (271)	304	0	400	0	0,0%	2,27	0	0,0%
Fabricação de material elétrico para veículos (272)	0	0	0	0		0	0	
Fabricação de máquinas e equipamentos - exceto eletrodomésticos (281)	7.696	2.132	739,14	1.493,01	202,0%	4,44	9,12	205,4%
Fabricação de eletrodomésticos (282)	2.742	609	877,14	724,88	82,6%	5,4	3,88	71,9%
TOTAL EE	38.155	19.788	880,59	752,18	85,4%	5,17	4,37	84,5%
TOTAL Ind. Transf.	114.988	58.238	816,01	677,34	83,0%	4,75	4,31	90,7%

Fonte: PNAD/IBGE, microdados, 2007. Elaboração própria.

Referências Bibliográficas

- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), microdados de 2007.
- HIRATA, H., LABORIE, F., DOARÉ, H. e SENOTIER, D. (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009 – tradução brasileira.
- KERGOAT, D. e HIRATA, H. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França e Japão, em COSTA, A., SORJ, B., BRUSCHINI, C. e HIRATA, H. (orgs.). **Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- LIRA S., SILVA M. e PINTO R. Desigualdade e heterogeneidade no desenvolvimento da Amazônia no século XXI. **Nova Economia**, vol.19 (1), 153-184, 2009.
- MELO, H.P. de, e CASTILHO, M. O trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?. **Revista de Economia Contemporânea**, jun 2009. Rio de Janeiro: IE/UFRJ.
- MIRANDA, P. e PIANI, G. Regimes especiais de importação e “ex-tarifários”: o caso do Brasil. Rio de Janeiro. Texto para discussão IPEA n. 1249, 2006.
- OIT. **Trabalho e Família: rumo a novas formas de conciliação com co-responsabilidade social**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2009.
- TORRES, Iraildes Caldas. **As Novas Amazônicas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas (EDUA), 2005.



As vozes femininas: Um diálogo com as trabalhadoras da Zona Franca

Maria Eugenia Bertarelli¹

Escutar as vozes femininas foi uma das preocupações de nossa investigação, tendo em vista que são as mulheres que atuam na Zona Franca de Manaus as que dão vida e tornam realidade as informações pesquisadas ao longo deste estudo.

A cidade de Manaus, onde foi implantada a Zona Franca, situa-se em meio à região amazônica e, em virtude disso, possui características específicas. Inicialmente, o povoamento na região seguia o fluxo dos rios e igarapés, por onde se fazia a circulação de pessoas e mercadorias. A partir da segunda metade do século XIX o processo de urbanização se acentuou, tendo importante expansão com a criação de inúmeros povoados, vilas e pequenas cidades, processo especialmente estimulado pelo ciclo da borracha. Durante o período de expansão da borracha, Manaus se transformou na segunda cidade em importância regional (seguindo a Belém que foi a maior beneficiária da exportação do chamado “ouro branco”). Descrita como uma pequena aldeia de 8.500 habitantes no ano de 1852, *Manáos*, como era chamada, havia crescido para 50.000 habitantes em 1914. Em função da extrema dependência da cidade em relação à produção da borracha, com o processo de queda das exportações desta, iniciada a partir de 1912, a cidade viveu um processo de profunda estagnação com escasso aumento populacional. Seja como for, “no final da década de 50, a cidade abrigava 88.600

¹ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense.

habitantes, correspondentes a 54% da população urbana total dos atuais estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia”². Os profundos câmbios vivenciados pela região a partir da década de 60, numa estratégia desenvolvimentista que tem até agora enormes impactos, incluíram a implantação da Zona Franca de Manaus em 1964. Depois disto, a população urbana continuou a crescer indo de 311.622 para 633.392 habitantes no período 1970 / 80. É nesse período, ligado ao surgimento da Zona Franca, que se realiza um veloz crescimento da população que chega a Manaus atraída pela oferta de postos de trabalho.

Neste cenário, de êxodo das populações do interior provenientes de diversas regiões – especialmente outros estados do Norte e também do Nordeste – a cidade de Manaus sofrerá uma expansão vasta e um tanto desordenada, dada a falta de políticas de urbanização para atender esta numerosa população que chega à cidade. A mão de obra, que neste período foi disponibilizada para atender as necessidades da Zona Franca industrial, era de pessoas provenientes de pequenos vilarejos, na grande maioria ribeirinhos e indígenas, que passaram a viver na grande cidade incorporadas subitamente à produção industrial moderna, sofrendo com isto um processo de aculturação acelerado.

Assim, as mudanças demográficas, acontecidas com grande rapidez (apesar da posterior retração dos investimentos promovidos pelo governo, especialmente a partir de 1984), foram responsáveis pela profunda transformação da cidade, de maneira que o contingente populacional que ali mora até hoje, ainda sofre as conseqüências desse brutal processo de reorganização territorial e ocupacional. Deste modo, é preciso ouvir as histórias de vida das mulheres trabalhadoras do Distrito Industrial neste contexto de formação específico da cultura manauara.

O diálogo com as trabalhadoras

Durante a pesquisa, realizada em janeiro de 2010, foram ouvidas mulheres que trabalham ou trabalharam em diferentes empresas do Distrito industrial da capital amazonense.

O diversificado universo das entrevistas inclui mulheres que não possuem qualquer tipo de participação ou interesse político específico e também algumas que atuaram nas lutas sindicais dos anos 80 ou que atuam nos dias de hoje no sindicato dos metalúrgicos na cidade. As entrevistadas possuem idades diversas e ocupam ou ocuparam diferentes cargos em uma ou mais empresas do Distrito, porém, como um todo, os relatos demonstram que a condição de exploração da mão-de-obra feminina é bastante intensa e não sofreu profundas mudanças

2 Grupo Retis. UFRJ. Urbanização e Mercado de Trabalho. <http://acd.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/rede/p03pub001.htm>

nas últimas décadas, apesar de alguns ganhos significativos, especialmente em relação ao assédio sexual dentro da fábrica. Segundo as trabalhadoras, essa prática tem se tornado cada vez menos freqüente em decorrência, em grande parte, da luta do movimento feminista pela visibilização das diversas formas de violência contra as mulheres.

De modo geral, o universo dos trabalhadores, tanto de homens quanto de mulheres, continua expressando a rapidez e “eficiência” da ZFM para aproveitar uma mão de obra de alta rotatividade, disponível dentro de um grande “exército de reserva”, que se encontra na própria cidade ou prestes a empreender o caminho em direção a ela provenientes dos municípios do interior amazonense.

Com efeito, o que pudemos ouvir de nossas entrevistadas indica uma situação de uso intensivo da mão-de-obra, especialmente feminina, num contexto de trabalho exaustivo e baixa remuneração. As fábricas do Distrito funcionam em três turnos, ocupando todas às 24 horas do dia. Deste modo, temos um grupo de trabalhadores que diariamente atuam no terceiro turno, isto é, passam todas as noites na fábrica e saem na manhã do dia seguinte. Algumas de nossas entrevistadas advertem que é cansativo trabalhar toda a noite porque não conseguem dormir muito durante o dia, posto que muitas têm filhos e trabalhos domésticos que devem ser realizados durante as horas do dia em que estão em casa. Uma das entrevistadas conta que trabalhou durante um ano no terceiro turno e que por vários meses freqüentou o colégio durante a tarde. Ela tinha o sonho de estudar para passar no vestibular, entretanto, teve que abandonar a escola porque não conseguia ficar acordada nas aulas, posto que havia passado toda a noite na fábrica. No terceiro turno paga-se um pouco melhor do que nos dois primeiros e, em virtude disso, algumas mulheres preferem fazer o esforço.

De modo geral, atualmente as operárias cumprem jornadas de trabalho de oito horas, sendo que na linha de montagem elas trabalham em pé, debruçadas sobre uma esteira que leva e traz as peças que devem ser montadas. A quase totalidade dos trabalhadores que atuam na linha de montagem é do sexo feminino. A fábrica alega que elas são mais habilidosas com as mãos e que, em virtude disso, conseguem montar os componentes eletrônicos nas esteiras com maior rapidez e precisão. Este discurso é repetido pela maioria das trabalhadoras sem perceber que ele reforça os estereótipos de gênero. É interessante destacar que o uso de mão de obra feminina para realização de tarefas repetitivas é amplamente utilizado por diversas empresas e muito comum nas zonas francas onde queira que elas se estabeleçam. Note-se que este argumento tem reforçado a exploração das mulheres, mantendo e inclusive aprofundando as desigualdades de gênero pré-existentes onde as fábricas da Zona Franca se instalam.

Isto se relaciona também ao baixo nível de escolaridade requerido pelos empregos femininos especificamente na ZF de Manaus. Essa é, podemos afirmar, uma das características do trabalho criado pelos setores exportadores no processo de globalização produtiva. É importante relacionar este processo que se dá na Amazônia brasileira com a criação de outras zonas francas para exportação em diversos lugares do planeta, seguindo um

padrão de aproveitamento da mão de obra feminina de baixa qualificação e com baixíssimos salários. De fato, em diversas situações na Ásia, América Central e Caribe dentre outras, os empregos femininos vinculados à exportação nas últimas décadas tem sido de maneira geral, de baixa qualidade, menor escolaridade e concentrado em setores com escassa remuneração.

No que diz respeito à jornada de trabalho, as mulheres ocupadas nas indústrias de Manaus contam que tem direito a uma parada para tomar uma refeição e outra para ir ao banheiro durante um intervalo de dez minutos, quando as esteiras da linha de montagem são desligadas. Uma de nossas entrevistadas, que atuou no terceiro turno, adverte que durante o período da noite a parte da frente da empresa permanecia fechada e, portanto, havia apenas um banheiro para todas as funcionárias que devem ficar na fila para utilizar tão só os dez minutos permitidos. Assim que as esteiras são novamente ligadas todas devem estar preparadas em seus postos.

Os funcionários da Zona Franca trabalham, na maioria dos casos, de segunda a sábado, contudo, frequentemente fazem hora extra aos domingos. Especialmente quando se aproxima o final do ano, época em que a produção aumenta significativamente, alegam nossas entrevistadas. O trabalho aos domingos é pago, conforme a legislação, como hora extra. A opção de trabalhar no domingo é facultativa, entretanto algumas entrevistadas declaram aceitar o sacrifício porque temem ficar entre as primeiras opções da gerência quando haja necessidade de cortar funcionários na empresa.

Algo que chamou a atenção em nossa pesquisa foi aquilo que as operárias chamavam de “viradão”. Esta prática, bastante difundida entre as empresas do Distrito Industrial, consiste em que um trabalhador(a) emenda um turno ao outro e, desta forma, trabalha 16 horas sem retornar a sua casa para descanso. Durante este período tem direito aos mesmos intervalos da refeição diária e a parada de dez minutos para ir ao banheiro por cada turno. Quase todas as mulheres com quem tivemos a oportunidade de conversar admitiram ter feito o “viradão”. A maioria, também, trabalha na linha de montagem o que significa que a virada de dois turnos seguidos na prática consiste em quase 16 horas em pé, apenas com os intervalos de refeição e ida ao banheiro para descansar. Uma das moças que tivemos a oportunidade de entrevistar acabava de voltar de um “viradão” na empresa onde trabalha. Ela comentou estar se sentindo fraca de tão cansada. Perguntada de porque aceitava fazer a virada de turnos, visto que a prática não é obrigatória, ela argumentou que, por um lado, tem medo de ser despedida se recusar algumas vezes seguidas o “viradão” e, por outro, precisa do dinheiro extra para cuidar dos dois filhos que sustenta sozinha, posto que os pais das crianças nunca assumiram a paternidade.

Fazendo a correlação entre estas informações e os dados sobre afazeres domésticos, que mostram os números sobre o tempo mais baixo de realização de tais tarefas pelas mulheres em Manaus, poderemos entender melhor tal informação estatística. De fato, acreditamos que uma das precondições para o aproveitamento desta mão de obra feminina muito jovem (concentrada nas faixas etárias de 18 a 34 anos), esta relacionada com o alto

número de desempregados e trabalhadores informais nesta cidade. Isto ocorre num âmbito de aculturação e de ampla ocorrência de famílias extensas (mães, tias e avós) com disponibilidade para realização das tarefas domésticas que as trabalhadoras da ZF não podem assumir dada a disponibilidade que precisam ter para realização de um trabalho extenuante e, especialmente, para fazer o “viradão”. A oferta realizada pelo Estado de serviços de caráter social substitutivos destes afazeres domésticos – seja de creches, escolas de turno integral ou outras formas de política pública de suprimento das necessidades do cuidado familiar – é, com efeito, bastante pequena na cidade de Manaus. Este fato nos leva a acreditar que estas tarefas recaem de forma geral sobre as famílias ou outras mulheres, geralmente de maior idade que as preferidas para contratação pela ZFM. Estas mulheres ficam assim responsabilizadas pelo trabalho doméstico.

Com efeito, as tarefas domésticas serão realizadas por mulheres da família sem remuneração ou por trabalhadoras informais de níveis socioeconômicos mais baixos substituindo as trabalhadoras formais, por salários ainda menores que o delas. Assim, neste caso vemos com clareza de que maneira as políticas públicas de atendimento às necessidades da chamada “economia do cuidado” - invisibilizada, não remunerada e naturalizada como responsabilidade das mulheres -, podem ser determinantes para a melhoria da qualidade de vida e a equidade social e especialmente de gênero.

Segundo afirmaram nossas entrevistadas, em relação à remuneração elas recebem pela hora de trabalho, em média, \$2,20 reais, e a hora extra é paga em dobro, conforme manda a lei. Deste modo, o dia inteiro de trabalho aos domingos lhes rende aproximadamente \$30,00 reais. Alguns relatos afirmam que é prática comum entre as empresas oferecem uma cesta básica no valor de \$60,00 reais por mês aos funcionários. Porém, este valor é distribuído aos funcionários mediante a condição de não faltar ou se atrasar nem uma única vez no mês. Qualquer tipo de atraso ou falta pode ser justificada com atestado médico, e deste modo não haverá desconto no salário, mas implica a perda do direito à cesta básica de todo modo. Ainda, a jornada de trabalho é alongada em alguns casos em que um ônibus da empresa (chamado de ‘rota’) deixa os trabalhadores na fábrica em média 30 minutos antes do início da jornada para que possam tomar café da manhã ou lanche e se arrumar, garantindo assim que não haverá atraso.

A partir das entrevistas podemos observar um fato que reflete o que expressam diversos dados sobre o mercado de trabalho no Brasil: A brecha entre os salários de homens e mulheres se mostra na ZFM numa divisão de tarefas onde as mulheres exercem as atividades de baixa qualificação e, conseqüentemente, baixa remuneração.

Pudemos observar que as empresas do Distrito Industrial contratam, na sua grande maioria, mulheres para atuar na linha de montagem da fábrica. Estes constituem os postos de trabalho com a mais baixa remuneração na empresa e, segundo o que ouvimos, são ocupados quase exclusivamente por mulheres. Embora seja verdade que elas estão ascendendo, cada vez mais, aos cargos com salários maiores como o de reserva ou líder de linha,

ainda não é possível encontrá-las na gerência ou chefia de uma fábrica. Os postos de chefia são ocupados na sua grande maioria por homens.

Outro tema relevante que pudemos observar a partir das entrevistas com mulheres trabalhadoras do Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus, que é freqüente o aparecimento de LER (Lesão por Esforço Repetitivo) em operárias que repetem durante várias horas seguidas por dia o mesmo movimento. A rapidez com que devem efetuar o trabalho - visto que a esteira passa na frente das montadoras em uma velocidade cronometrada e, em virtude disso, não pode haver distração ou demora de nenhuma ordem - favorece o aparecimento de lesões corporais. As áreas mais afetadas são os braços, as mãos, os punhos e os ombros, mesmo entre aquelas mulheres que trabalham sentadas na área de embalagem ou revisão. Além do aparecimento de LER, outros problemas de saúde tem se tornado freqüentes entre as operárias da Zona Franca, como dores e contrações na coluna e no pescoço, além do aparecimento de varizes devido a grande quantidade de horas em pé, para aquelas que estão na linha de montagem.

A gravidez é outro assunto que deve ser considerado ao analisarmos a situação das trabalhadoras do Distrito Industrial. O relato de uma mulher que atuou no Distrito nos primeiros anos da década de oitenta demonstra como a gravidez era, como ainda é, um tema conflitivo para a vida laboral da mulher. Segundo o relato dela, atualmente com mais de 40 anos, quando engravidou, em 1984, já havia conseguido ascender do cargo de inspetora para o de calibradora, que ocupava naquele momento. Nessa mesma época foi convidada para assumir o posto de líder de linha e, assim, ganharia mais, além de ver recompensada a sua dedicação ao trabalho. Ela estava estudando o primeiro ano do ensino médio e lembra como saía da fábrica com o uniforme, se banhava no tanque do lado de fora e trocava de roupa ali mesmo para assistir às aulas na escola. Quando ficou grávida a empresa solicitou alguns exames no próprio consultório da fábrica. Ao ficarem prontos os exames foram primeiramente para a gerência e foi o supervisor que lhe deu a notícia da gravidez. Disse-lhe que poderia sair 5 minutos antes do término de seu horário. Na mesma conversa o gerente avisou que a promessa de promoção não poderia ir adiante, porque era uma política da empresa não promover grávidas. Ela ficou muito mal, chegou mesmo a tentar abortar, não se conformava em perder a almejada promoção. Ela conta como entrou em depressão, pois notou que a empresa não aceitava ela ser mulher, e acredita que por isso durante um grande período rejeitou a sua filha mais velha.

A gravidez das mulheres é, sem dúvida, um assunto delicado até os dias atuais. Durante nossas entrevistas encontramos uma jovem mulher que tivera seu bebê há alguns meses, a quem tivemos a oportunidade de conhecer durante o encontro. Ela nos contou que logo depois de conseguir a última promoção engravidou. Com dois meses de gravidez teve um sangramento. Em virtude disso, pediu para tirar as suas férias, no intuito de ficar um tempo além da licença médica descansando em casa. A princípio a empresa somente queria dar-lhe 15 dias de férias, mas através de uma insistência acabaram dando um mês, como ela desejava. No dia em que teve o sangramento estava na fábrica, e recorda que a enfermeira de plantão mandou que ela ficasse deitada, mas não a

deixaram ir ao hospital. Somente depois de terminado seu horário de trabalho foi ao obstetra. Em virtude dessa situação, decidiu tirar suas férias, pois temia ter outro sangramento durante seu expediente e, impedida de ir ao médico, poderia perder o seu bebê. Depois de um mês de férias ela voltou a trabalhar. Assumiu, então, o posto de embaladora, pois é uma atividade que ela realizaria sentada, mas ganhava como revisora porque a legislação não permite a redução de salário em decorrência da gravidez. Ela, particularmente, teve que faltar algumas vezes depois que ficou grávida, apesar de todas as vezes ter apresentado atestado para não ser descontada. Ainda, no final da gravidez ela quis fazer estágio na faculdade, mas a empresa não quis liberá-la, pois alegou que já havia faltado muito. Em virtude disso, a empresa a licenciou um mês antes do parto, de modo que ela voltou quando o bebê tinha 3 meses do restante da licença maternidade e 15 dias do seu direito de amamentação, que lhe foi concedido por uma pediatra. Depois que ela teve sua filha trabalhou durante dois meses, como garante a lei. Contudo, 5 dias após o fim da estabilidade foi demitida. Ela afirma que isso é comum na empresa. Eles até contratam mulheres que são mães, mas não quando acabam de parir.

A partir destes relatos observamos como a maternidade é, desde a década de 80, uma problemática que a sociedade continua sem assumir, tendo em vista a deficiência dos serviços públicos na cidade, e para as operárias da Zona Franca permanece uma questão conflituosa no âmbito das relações de trabalho. Apesar da intensidade de exploração da mão de obra feminina, observada no conjunto das entrevistas, notamos especificidades que caracterizam cada empresa e a história de cada trabalhadora. Deste modo, encontramos algumas mães que mesmo após ter seu filho continuaram vinculadas à fábrica. Isto se justifica, por um lado, porque existem políticas diferenciadas definidas por cada empresa. Por outro lado, porque algumas trabalhadoras contam terem feito sacrifícios para não perderem seu emprego, como, por exemplo, não faltar ao trabalho mesmo se sentindo indispostas pela gravidez e se apresentar na fábrica até o dia mesmo de parir. Uma de nossas entrevistadas contou que estava no meio do expediente quando começou a sentir as primeiras dores do parto. Ela, então, buscou agüentar fazendo respirações até o final de seu turno e somente depois foi ao hospital dar à luz a criança.

A necessidade de creches para as trabalhadoras é também um assunto abordado nas entrevistas. Elas relatam que a maioria das empresas oferece a possibilidade da creche através de convênios com instituições de ensino. Entretanto, a disponibilidade de vagas conveniadas, muitas vezes, não alcança para suprir as necessidades das operárias. Neste sentido, é frequente o aparecimento de listas de espera para o preenchimento das vagas disponíveis. Conseqüentemente, encontramos trabalhadoras que, por um período de tempo, precisam encontrar no âmbito doméstico uma solução para a falta de vagas nas creches.

Soma-se a esta dificuldade a carência de ofertas de creches na rede municipal ou estadual em Manaus, demonstrando o limite da iniciativa política em assumir a economia do cuidado no âmbito público. Esta realidade se traduz, em grande parte dos casos, em que as mulheres tem sido historicamente as responsáveis pelas ativi-

dades do cuidado das crianças. Por sua vez, observamos o crescimento das chamadas *cuidadoras informais*, isto é, pessoas contratadas de forma particular, na maioria dos exemplos uma vizinha ou jovem sobrinha, para o cuidado das crianças. Estas *cuidadoras* são quase exclusivamente mulheres de camadas sócio-econômicas muito desfavorecidas que realizam estas tarefas por remunerações muito baixas e em condições de informalidade.

Tudo isto evidencia o quanto ainda a maternidade é um custo para as mulheres, que não tem sido assumido socialmente, e que ainda condiciona as opções de emprego e, especialmente, as oportunidades que elas podem aproveitar. Na realidade, o aumento da inserção feminina no mercado de trabalho não veio acompanhado por políticas públicas suficientes que ofereçam serviços de cuidado ou que gerem uma redistribuição das tarefas dentro dos lares.

Considerações finais

É interessante, finalmente, analisarmos tudo o que foi dito até aqui observando a especificidade da cidade de Manaus, localizada no centro da floresta Amazônica. Como foi dito inicialmente, este se torna um dado importante na medida em que o crescimento populacional gerado pela implantação da Zona Franca se deu com a vinda de muitos trabalhadores e trabalhadoras de comunidades e pequenas cidades do interior do Amazonas, Pará, Acre e Roraima. Em nossas entrevistas pudemos observar que, de fato, diversas operárias chegaram a Manaus vindas do interior ou são filhas de famílias provenientes de uma imigração recente. É preciso observar que estas trabalhadoras são herdeiras de culturas tradicionais indígenas que compartilham noções de tempo, de espaço, de trabalho, organização parental e etc., distinta daquelas impostas pela sociedade de consumo. Deste modo, ao chegarem a Manaus tiveram que se adaptar a uma realidade diversa daquelas em que viveram quando eram crianças ou em meio a qual foram criadas. Esta é, sem dúvida, uma adaptação difícil e, certamente, não é feita sem sacrifício e perda de traços identitários de sua cultura de origem.

De fato, a Zona Franca tem contribuído para a criação de uma nova sociedade manauara, onde um processo de aculturação e imposição de modelos baseados no consumo vem se sobrepondo a organizações sociais e saberes tradicionais, que tem sido desrespeitados. Portanto, é preciso considerar a especificidade de Manaus e observar que a exploração da mão de obra feminina, além de realizada em condições de trabalho pesado e de baixos salários, é feita em detrimento de uma cultura que permanece dominada.


Assim, a capital amazonense, como outras cidades que tem se aberto do ponto de vista comercial, alojando Zonas Francas, utilizando e aproveitando as vantagens comparativas de uma mão de obra barata, especialmente

a feminina, deve enfrentar as contradições e desafios que este processo de drásticas mudanças tem acarretado para a população, e especialmente para as mulheres.

Deste modo, embora a ZF tenha criado empregos, eles são de baixa qualidade e com jornadas fatigantes pelo qual não se deve esquecer ou relevar o importante papel das políticas públicas de fiscalização laboral, que precisam vigiar permanentemente a salvaguarda aos direitos dos trabalhadores.

Finalmente, devemos apontar que a cidade de Manaus, populosa e com amplas regiões marginalizadas, deve fazer frente às necessidades do cuidado da população, oferecendo serviços públicos de qualidade e apoiando os lares para sua provisão. Essa é, certamente, uma forma de atender às necessidades específicas das trabalhadoras - ainda duplamente carregadas das responsabilidades cotidianas - tornando compatíveis o trabalho e a vida familiar.

É preciso re-pensar o desenvolvimento da Amazônia e, em particular, da cidade de Manaus com atividades econômicas e comerciais que garantam a sustentabilidade sócio ambiental, e também com políticas públicas que permitam avançar na qualidade de vida e o bem-estar da população.

 FUNDAÇÃO
HEINRICH
BÖLL

UNIFEM 